

SESSÕES DO PLENÁRIO

9ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 22 de fevereiro de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO ALEX LIMA (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(55)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, por gentileza, reconstituir a Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Gostaria de convidar a deputada Luiza Maia para compor a Mesa aqui, a presença feminina, apenas para atender à questão de ordem, corretíssima, do regimentalista, deputado Targino Machado. (Pausa)

Convido o deputado Bobô e defiro a questão de ordem do deputado Targino Machado.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Eduardo Salles comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões no período de 20 a 22/02/2017.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- O Sr. Presidente procede à leitura das atas da 6ª sessão ordinária em 15.02.2017; e 1ª sessão extraordinária em 15.02.2017.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como estão. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de 5 minutos. Por permuta, respeitando os mandatos e a experiência, eu cedo o meu lugar, como 1º orador, ao nobre deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, o Carnaval de Salvador já começa hoje, e esta cidade tem que estar preparada para que as avenidas e ruas dos cortejos sejam invadidas por multidões. Estimam-se 2 milhões de pessoas nas ruas durante o Carnaval.

Eu fico triste porque, enquanto qualquer manifestação *gay* coloca milhares de pessoas nas ruas, como em São Paulo, 2 milhões de pessoas. Qualquer manifestação, qualquer festa reúne centenas de milhares de pessoas. Nós estamos nesse processo de degradação ética, moral, com autoridades da República, deputado Bobô, com fotografias expostas desta forma (mostra foto). O presidente da República, um seu ministro e o Alexandre de Moraes, ministro da Justiça licenciado, que teve hoje aprovado o seu nome para o STF, ridicularizados pela imprensa, e não por culpa da imprensa, mas deles mesmos.

Disse aqui, ontem, deputado Luciano que nos preside neste momento, que Lula chegou ao poder e escolheu ministros sem ficha corrida. Se eles se desviaram no poder, gostaram do poder e se desviaram, e viraram um bando, também, de malfeitos. Mas o problema é que Lula chegou, levado ao poder depois de ter perdido 3 eleições, de ter submetido o seu nome a 3 eleições.

Lula significava, naquela época, o sonho de tantos brasileiros, e o seu mandato foi legitimado por milhões de votos, alimentados na turbina das esperanças populares, diferentemente do presidente Michel, que não recebeu um voto para presidente da República; que chegou ao poder por causa do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff; que, ao invés de convocar para sua equipe, para compor seu Ministério,

pessoas com grande currículo, resolveu convidar pessoas pelos prontuários. Encheu o governo de bandidos. Bandido provado, bandido investigado, e deu nessa onda que está dando.

Infelizmente, a reforma da previdência está aí, e o povo não está invadindo as ruas. Não está se mobilizando como se mobiliza para outras coisas e outros eventos. E o ferro vai entrar! Eu estou me dirigindo ao senhor e à senhora que nos assiste através da Assembleia. Vai para a rua, vai tomar conta do seu futuro, para depois não ter do que reclamar! Você vai ter que viver 100 anos para se aposentar. O seu marido vai morrer, e a senhora não vai ter direito ao seu benefício integral, e por aí vai. E aí, vai reclamar depois de quem?

Eu tenho menos medo, Sr. Presidente, menos receio, do barulho que fazem os corruptos. Mas eu tenho um medo danado do silêncio da população honesta, e é desta forma que está se comportando o povo brasileiro. E quero concluir, com a vossa tolerância, Sr. Presidente, dizendo que ontem o CNJ – olhe que pérola produziu o Conselho Nacional de Justiça – resolveu aplicar uma pena – eu não conhecia essa, deputado Luciano Ribeiro –, uma pena de disponibilidade. Que desgraça é essa?! Contra os dois magistrados, Alberto Hirs e Telma Britto, pena de disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Pior do que isso, meus Srs. Deputados, a pena proposta pelo relator equivale à suspensão por um período de 2 anos. E, cumprida a pena, deputado Bobô, eles têm o direito de voltar para a magistratura, levando seus salários integrais. Então, o bandido comum está na cadeia, mas o bandido magistrado sai de férias.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado Targino.

Dando continuidade ao Pequeno Expediente, convido para fazer uso da palavra, por 5 minutos, o nobre deputado Alex Lima.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Pela ordem, deputado.

O Sr. Targino Machado:- O Projeto de Resolução, Sr. Presidente, já foi publicado no *Diário Oficial*. Para acabar esse constrangimento, que não é provocado por mim, mas por causa da redação do Regimento, que a gente precisa obedecer e cumprir, que se coloque o Projeto para votar aqui hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Entendido, nobre deputado.

Com a palavra o deputado Alex Lima, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Assembleia Legislativa, telespectadores que nos assistem, eu queria,

inicialmente, parabenizar o deputado Targino Machado pelo pronunciamento feito agora há pouco.

Eu hoje dei uma entrevista a uma emissora de rádio, deputado Targino, e falava justamente disso, não é possível que os movimentos sociais, a sociedade civil organizada e os trabalhadores não estejam acompanhando as atrocidades que vêm sendo praticadas contra o nosso País, contra o Estado Democrático de Direito, contra os próprios trabalhadores e contra as conquistas dos últimos tempos, alcançadas à custa de muita batalha pela nossa tão jovem democracia.

A tal Ponte para o Futuro é chamada hoje pelo aliado de primeira hora e o maior representante do PSDB, o ex-presidente Fernando Henrique, de pinguela, não mais de Ponte para o Futuro. É um retrocesso nos avanços e conquistas do povo brasileiro que vem, de uma só vez, destruir legados importantes, como o do peemedebista mais histórico de todos os tempos, o Dr. Ulysses Guimarães. Ele foi o protagonista mais importante da Constituição de 1988, que garantiu, deputado Adolfo, um permanente Estado de Bem-Estar Social.

Mas este governo golpista destrói os legados do Dr. Ulysses Guimarães e do presidente Getúlio Vargas porque busca retirar direitos dos trabalhadores. Este governo ilegítimo tenta destruir também o legado do presidente Lula, os avanços nas políticas sociais e a conquista da autonomia do povo brasileiro em não se curvar à elite dominante deste País nem entregar as nossas riquezas para serem exploradas pelos gringos, que sempre fizeram isso ao longo da nossa história.

É impressionante, Sr. Presidente, deputado Bobô, como a história se repete. Todas as vezes que um governo popular faz as mudanças que o povo mais pobre e sofrido deste País necessita sempre bate de frente com as forças conservadoras, que nunca quiseram a independência de verdade do Brasil. Elas aparelharam e distribuíram da forma como bem quiseram os veículos de imprensa ao longo do processo de ditadura. E sempre privilegiaram os interesses do Sul e Sudeste brasileiros, em detrimento do Nordeste brasileiro sofrido.

Ouçó o argumento do Líder maior das oposições, o prefeito de Salvador, de que o governo estadual reclama do governo golpista federal, mas aceita os recursos. Ora, senhores e senhoras, o governador Rui Costa não está pedindo nada para si nem para a sua família! O que ele quer é que este governo golpista não discrimine nem deixe de trazer os investimentos gerados que vieram cá para a Bahia nos últimos anos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Dando continuidade à sessão, convido o deputado Adolfo Menezes para fazer o seu pronunciamento pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Luiza Maia, meu amigo deputado Alex, por isso a democracia é interessante. Aqui na mesma Casa, no mesmo lugar, temos o direito de manifestar as nossas avaliações e as nossas visões. Discordo da forma como o presidente Temer assumiu o governo, até porque o crime que a presidenta Dilma cometeu, outros também cometeram. Não se trata disso. Agora, mesmo eu discordando, concordo com as reformas que ele está tendo coragem de assumir e peitar. Coisa que, já pensando na eleição futura, na reeleição, a maioria dos presidentes não teve coragem, deputados Targino e Luciano.

É por isso que concordo plenamente com a PEC 241, salvo engano, que limitou os gastos. Estamos vendo aí 23 governadores em 27 sem poder honrar os salários. Então, algo de grave está acontecendo. Este País nunca vai ter jeito. Agora, o governo federal está ajudando os Estados, como o Rio de Janeiro e outros, que foram perdulários, deram aumento sem poder, gastaram mais do que podiam. E aí veio a falência, a insolvência de não poder nem honrar os salários. E novamente a União vem tirar dinheiro do povo, dinheiro para habitação, saneamento. Vejam, um País rico como o nosso está na 120^o posição em saneamento em relação ao mundo! É vergonhoso, como outros índices! E o governo federal, que infelizmente por causa da política também não pode deixar um Estado como o Rio de Janeiro naquela condição, tira de novo o dinheiro do povo para dar a governos que não souberam administrar e foram perdulários.

Então, acredito que a PEC que limitou os gastos é um freio. Isso foi pelo que ocorreu em diversos Estados gastando o que não podiam, dando aumento só pensando em voto. Por essa razão, demos entrada à PEC para acabar com a reeleição à Presidência desta Casa, que é um anseio de todos os deputados. Pessoalmente sempre fui contra, como acredito que muitos aqui, o instituto da reeleição para qualquer cargo - prefeito, governador, presidente da República e daqui da própria Assembleia - porque, quando a pessoa se elege, deixa de tomar medidas duras pensando em não perder votos. Então, deveria ser um mandato - pelo menos para os cargos executivos - de 5 anos sem direito a reeleição. Existe esse projeto também na Câmara Federal, mas lá cada um quer uma coisa, ninguém está pensando no povo brasileiro. E continua essa esculhambação! Um País como o nosso, que poderia estar em outro patamar, vai patinando de ré, deputado Targino!

Deputado Alex, fui contra a forma como o presidente Temer assumiu, mas sou favorável às medidas. A Previdência mesmo está falindo, está falida.

A Sr^a Luiza Maia:- Não está, não!

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Deputada Luiza Maia, o governador Rui Costa está mentindo?! Então está mentindo porque, se S.Ex^a está tirando 2 bilhões e 700 milhões em 2016 para fechar a folha dos aposentados e pensionistas, tem alguma coisa errada. Concorde que tem de ser feita uma reforma.

Com a sua tolerância, Sr. Presidente.

Aprovamos aqui nesta Casa, a mando do governador Rui Costa - quer dizer, foi enviado por ele -, um projeto para o buraco não aumentar mais. O que acontecia há 2 anos? Um magistrado, deputado Targino Machado, um alto funcionário do governo e são muitos, mas os culpados são os deputados, mas tem muito funcionário, milhares de funcionários de tribunais, de secretarias que ganham o dobro, o triplo do teto do que ganha um deputado. Então, é o Brasil. O que ocorre? Aprovamos aqui e o governador sabidamente mandou um projeto, que esses altos funcionários às vezes com 75 anos, 80 anos, ganhando 40 mil, 50 mil por mês, casavam com uma menininha nova de 18, 19 anos, até aí ele está certo, mas o errado é que ele deixava a aposentadoria com aquela garota que ia viver mais 60, 70 anos. Não tem estado que aguente, não tem previdência que aguente. Esta Casa aprovou o projeto do governador, dizendo que isso acabou na Bahia, ninguém fica mais com a pensão total, ainda mais que tem o tempo para que a viúva possa herdar esse dinheiro todo, como milhares de casos que aconteceram na Bahia.

Deputada Luiza Maia, não sou favorável ao governo Temer mas sou favorável às medidas que ele venha a tomar, essa é minha visão, em benefício do Brasil. Acredito que a população como um todo está vivendo mais. Hoje, assisti há pouco na televisão, que na Coreia do Sul a expectativa de vida é mais longa, já estão chegando aos 90 anos, a senhora imagine a pessoa se aposentar com 45 anos, a Previdência não vai aguentar pagar 50 anos de um salário integral. Então, discordo daqueles que acham que não se deve fazer uma reforma.

Por hoje é só, Sr. Presidente, muito obrigado, pela tolerância, muito obrigado, deputada Luiza Maia pela cessão do seu horário.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- 5 não, 7 minutos.

Sr. Presidente, não estava disposta, nesse momento, a falar mais uma vez sobre a questão da reforma da Previdência. Mas diante da fala do deputado Adolfo Menezes, eu lhe ouvi, deputado, quero dizer a V.Ex^a que está equivocada essa história de que a Previdência Social é deficitária. Não é deficitária, isso é desculpa para desmoralizar a Previdência Social e fortalecer a previdência privada, isso é desculpa para dar dinheiro a banqueiro. Precisamos ter cuidado. Não é a questão do Estado da Bahia nem o que o governador Rui Costa disse ou deixou de dizer. Temos que ver o orçamento da União, ver que as posturas e as medidas, desde que o golpista assumiu esse País, não tem cabimento, são medidas contra a população mais pobre, são medidas contra as pessoas carentes e o povo brasileiro precisa reagir.

Quero saber onde andam os batedores de panela, os seguradores de patos na Avenida Paulista e outros lugares mais, que estão caladinhos, diante dos absurdos que têm acontecido no nosso Brasil. Então, precisamos fazer um estudo, esse debate da

reforma da Previdência precisa ser feito por esta Casa, por quem pensa diferente do que ele está dizendo, inclusive aquela propaganda enganosa e mentirosa que está nos veículos de comunicação e na *TV Bahia* e outras mais. Não é verdadeiro isso.

Lembro-me que, desde a época de Waldir Pires, deputado Joseildo Ramos, que dizia que estava deficitária, ele chegou lá e mostrou que a Previdência não é deficitária. Nós pagamos e temos direito de receber o que pagamos. O que se está dizendo hoje é um bocado de mentira, um bocado de conversa fiada, de propaganda para enganar as pessoas para aceitarem esse absurdo que é essa reforma da Previdência, e que não é só da Previdência, não; a reforma trabalhista e outras reformas que o golpista está propondo para o País. Ou o País reage, ou o trabalhador reage ou então eu quero ver onde é que vamos parar, porque chega de a elite querer concentrar toda a riqueza do País na sua mão e deixar a população que precisa do Estado, inclusive para tocar a sua vida com decência e construir a sua vida da forma que eles estão propondo.

Depois vamos fazer esse debate, inclusive quero comunicar também a esta Casa que na reunião hoje dos Direitos da Mulher, escolhemos o tema: “a reforma da previdência e o seu impacto na vida das mulheres”, porque é quem mais sofre com essa confusão.

Presidente, por favor... por favor, presidente, deputado Targino, por favor!

Então, está registrado o meu repúdio a esse tipo de fala, a gente precisa realmente abrir o debate aqui, na Casa, e na sociedade. Não vamos aceitar essa reforma absurda, que não é só da previdência, mas é a reforma política, é a reforma trabalhista, que querem tirar os direitos conquistados com muito esforço, com a luta de muitas categorias neste Brasil, inclusive das mulheres.

Mas eu quero voltar a falar sobre o Carnaval, presidente, para avisar às pessoas que gostam da nossa luta e que querem acompanhar o cumprimento da Lei Antibaixaria que nós estaremos com um observatório antibaixaria online, que atenderá a todo o Estado. Além disso, voluntários também estarão presentes nos circuitos da festa. As pessoas que puderem fazer as denúncias na nossa página oficial deverão fazê-las no *Facebook*, no site do nosso mandato, no *Twitter* e no nosso *e-mail*. O denunciante pode ter a sua identidade preservada para que não lhe causem problemas.

Eu quero fazer um apelo porque eu sei que nesta Casa tem muitos deputados e muitas deputadas que me apoiam e discordam dessa esculhambação, dessa desmoralização contra a mulher na música, e dinheiro público não pode financiar esse tipo de banda. Observe, mande os seus vídeos, suas mensagens, porque nós vamos respeitar a sua identidade.

Quero, presidente, para concluir, para pegar os 2 minutos nos quais o senhor deixou Adolfo Menezes falar, ler também aqui uma moção de repúdio – que nós apresentamos hoje para a deputada Fabíola Mansur, que é médica – a um cursinho chamado Medgrupo, que dá aulas para estudantes de Medicina. É um repúdio pelos

seus módulos, pelo machismo e desrespeito que se tem praticado contra as mulheres. Já assinamos a moção, queremos registrar o nosso repúdio e tomar providências para verificar se cabem denúncias ao Ministério Público. Já solicitei isso à minha Assessoria Jurídica porque realmente não tem cabimento estudantes de Medicina se verem diante de livros, de apostilas, de módulos com conteúdo que desrespeita a mulher, como ocorre com esse tal de Medgrupo, um grupo que dá aulas para aqueles estudantes de Medicina da UFBA que querem fazer residência.

Olha o que a estudante diz para o grupo, para os donos do cursinho: (Lê) *“Sou acadêmica de Medicina da Universidade Federal da Bahia e estou no oitavo semestre. Na nossa grade curricular, é neste semestre...”* Deputado Alan Sanches, o senhor, que é médico, ouça; e Targino, que é médico, também. (Lê) *“(...) Na nossa grade curricular, é neste semestre...”*. Targino, ouça o que estou falando. Eu tenho 2 minutos que o presidente me concedeu, e ninguém vai me tirar daqui... (Risos) (Lê) *“(...) Na nossa grade curricular, é neste semestre que temos o contato com Ginecologia e Obstetrícia. Por conta disso, comecei a utilizar alguns módulos do Medgrupo, cedidos por um colega já residente, e comecei a estudar...”* Escute-me, eu ainda tenho 2 minutos. Gente, por favor, escute, a denúncia é séria...

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Deputada, para concluir.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Por que o senhor não pediu?! O senhor vai praticar machismo também contra mim?! O deputado Adolfo falou aqui o tempo todo, e o senhor nem estava ouvindo nem dando importância ao que ele falava...

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a LUIZA MAIA:- (...) Eu vou concluir e queria que o senhor, que é médico, ouvisse o que essa moça, estudante de Medicina da UFBA, denuncia sobre esse grupo que dá aula para um cursinho voltado aos estudantes que vão fazer residência, porque realmente é uma aula de machismo e desrespeito à mulher, e nós queremos, inclusive, o seu apoio e de outros médicos aqui, para repudiar esse tipo de produção de conteúdo.

Eu sei que... agora Sandro Régis vai tumultuar, mas eu vou ler. É rapidinho, viu, presidente? Só 1 minuto, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- A partir de agora 30 segundos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- (Lê) “No entanto, tive o desprazer, logo nas primeiras páginas do Med 2013: Síndrome de Transmissão Sexual, de ser exposta a casos clínicos, com comentários machistas e ilustrações que expõem o corpo feminino de maneira vulgar.”

Eu quero dar como lido o restante da nota da estudante, mas quero pedir o apoio de todos os deputados para que assinem a nossa Moção de Repúdio a esse grupo, promovida pela deputada Fabíola Mansur, que hoje preside a Comissão de Educação e nós da Comissão Direitos da Mulher, porque realmente é uma vergonha.

Muito obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente. Eu queria só trazer uma informação sobre a Moção da nobre deputada. Meu filho acabou de fazer esse curso e em momento algum ele fez relato sobre isso. Posso até procurar saber só para esclarecer. Nesse curso meu filho, que é residente, hoje aprovado, eu posso...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Alan, ontem aqui ou antes de ontem, o deputado Targino Machado fez uma provocação em relação a questão de ordem, V.Ex^a não estava no Plenário, e foi deferida por mim, para dizer que a partir de agora, quando eu estiver presidindo a sessão, só acatarei questão de ordem se falar o artigo na frente, para a gente, até, regularizar isso de questão de ordem aqui no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, o deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, *Canal Assembleia*, que transmite esta sessão, mais uma vez eu venho a esta tribuna. Ontem nós tivemos a aprovação nesta Casa do Fundo para ser investido no Sistema Penitenciário do Estado da Bahia. A Bahia e o Ceará, dos 27 estados foram... Quer dizer, a Bahia aprovou ontem, eram os retardatários, retardatários. Por quê? Porque para que esse Fundo fosse trazido até aqui o governo tinha de preparar o projeto para o Ministério da Justiça poder liberar.

Agora, Sr. Presidente, já aprovamos. O Fundo está aprovado, mas a pergunta ao governo do Estado que não quer calar é: quando vai ser aberto o Fundo Estadual para os Idosos? Que também já foi aprovado aqui nesta Casa. Já foi aprovado em 2013, ainda no governo Jaques Wagner. Eu fui relator desse projeto, mas até agora nada, o governo precisa dar essas explicações.

Durante o ano passado, Sr. Presidente, nós apresentamos, aqui nesta Casa, a CPI das obras inacabadas no Estado da Bahia. Essa não prosperou, ou seja, essa não saiu do papel.

Nós estamos, neste momento, com outra proposta, pois já está em tramitação mais uma CPI para tratar do tema Centro de Convenções. Quanto a essa última, não há, até agora, também, nenhuma definição.

Ora, nós não podemos estar aqui, Sr. Presidente, só para apresentar proposições, a fim de que, em contrapartida, as ações não sejam tomadas. Por isso, a partir de ontem, o colega e deputado Alan Sanches saiu para buscar as assinaturas para a criação de mais uma CPI. Quer dizer, essa já é a terceira.

Enfim, em retrospectiva, durante o ano passado, ocorreu a apresentação de uma que não prosperou. Há uma proposta de criação da CPI acerca do Centro de Convenções que essa está em tramitação. E a terceira, ainda, está sendo formatada.

Eu, nesta Casa, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, encaminhei um ofício ao secretário da Saúde. Vejam, não podemos estar aqui, Sr. Presidente, só fazendo ou mostrando pra imprensa aquilo que não estamos...

Por exemplo, é muito fácil você propor. Mas temos de propor e agir. Não vou estar participando de CPI se não houver a eficácia das proposições. Por isso, temos de ir com pés no chão. Temos de ir com fundamentos. Temos de ir com argumentos.

Encaminhei um ofício ao secretário da Saúde. Foi protocolado, hoje, na Secretaria da Saúde do Estado, o pedido das informações acerca do fechamento do centro cirúrgico do Hospital Geral Ernesto Simões Filho. Se, até segunda-feira, as informações não chegarem às mãos desta comissão, melhor, desta Frente, nós, aí, sim, iremos formatar e, realmente, botar pra funcionar.

Não adianta estarmos aqui só propondo CPI e mais CPI e não agir. Particularmente, eu não concordo com esse tipo de procedimento. Queremos uma resposta principalmente quando se trata da saúde, pois a saúde é uma coisa de muita responsabilidade. As redes sociais estão aí. Nós precisamos ter coisas eficazes e fundamentadas. E esta Casa tem de dar uma resposta à população.

Quanto a uma coisa, nós já a sentimos. O governo já está preocupado com as nossas ações propostas nesta Casa. Logo, o governo tem de dar uma resposta e fazer com que funcione aquilo que a população está esperando.

Era isso o que gostaria de colocar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o grande líder da nação tricolor, o meu amigo Bobô.

O Sr. BOBÔ:- Boa-tarde, Sr. Presidente, deputados e deputadas.

Antes de me pronunciar sobre o tema que trago, gostaria de, inicialmente, parabenizar a fala do deputado Targino Machado, pois eu fiz questão de parabenizá-lo, principalmente, quando ele aborda o tema da reforma da previdência. A sua intervenção, deputado Targino, foi brilhante.

Depois, ele foi corroborado, também, com a participação da deputada Luiza Maia, a fim de alertar a população brasileira, sobretudo o trabalhador, pois esse pagará um preço muito alto se essa reforma passar.

Deputado Targino, imagine o trabalhador rural pagar por essa reforma. Imagine aquele trabalhador que pega na enxada debaixo de um sol escaldante, que trabalha nas olarias pagar pelas falhas do governo federal. Com essa provável reforma, esse trabalhador vai esperar muito tempo por sua aposentadoria.

Este é o presente de grego que o governo do presidente Temer está trazendo para o trabalhador do Brasil.

Realmente, espero que surta efeitos o alerta que V.Ex^a, deputado Targino, acabou de fazer, pois chama a população para invadir as ruas em protesto contra a reforma da previdência. Espero que isso, realmente, se concretize. Isso é, verdadeiramente, o que nós esperamos que aconteça.

Mas, Sr. Presidente, pode parecer meio paradoxal o tema a ser abordado. No entanto, quero fazer referência a um momento em que a Bahia passa que se trata do Carnaval, pois esta é uma festa espetacular quando milhões de pessoas estarão nas ruas de Salvador. Esta é a festa mais importante do nosso calendário.

Contudo, ao mesmo tempo, chamo a atenção para a gravidade da seca que assola o nosso Estado. São mais de 100 municípios afetados pela seca. Muito mais de 100 municípios já decretaram estado de calamidade por conta da escassez das chuvas.

Nós, da região do Semiárido, nos preocupamos mais ainda obviamente, porque nós vemos, claramente, o empobrecimento dessas regiões. A seca castiga sobretudo aquele trabalhador que vive do que planta e do que cria; em especial, o pequeno produtor.

Aqui, nós estamos alertando sobre a seca e, ao mesmo tempo, estamos pedindo a priorização da pasta recursos hídricos ao nosso governador Rui Costa. Vejam, espero não termos, apenas, os 3 pilares de um governo: a segurança pública, a educação e a saúde. Desejamos que se construa e se consolide, aqui, o quarto pilar: a segurança hídrica. Não é possível que, a cada 3 anos, convivamos com este fantasma da seca. Aliás, a seca deixou de ser um fantasma e passou a ser uma realidade, pois esta tragédia é seca, é cruel e é devastadora.

É importante esta Casa se mobilizar no sentido de se viabilizar recursos federais para o nosso governo do Estado poder, assim, fazer frente à gravidade pela qual passa o Estado da Bahia.

Quero citar 2 projetos importantes que poderiam minorar a gravidade da seca.

Um projeto é a Adutora do São Francisco. Este projeto já está com estudos avançados e desenvolvidos em 3 etapas e atenderia cerca de 29 municípios do Semiárido. Claro, tal barragem não seria só para o abastecimento humano, mas também serviria para a produção.

O outro projeto seria o canal do São Francisco.

São 2 projetos grandes e importantes que poderão, não em curto ou médio prazo, mas, em longo prazo, resolver parte dos problemas da região Norte do Estado da Bahia.

Fica, aqui, este sentimento de que é absolutamente necessário termos mais um pilar que são os recursos hídricos fazendo parte da Base do Governo. Assim, deveremos trabalhar, justamente, para fazer com que mais investimentos possam chegar às pastas que cuidam e trabalham no combate à seca no Estado da Bahia.

Refiro-me, propriamente, à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia, à própria Car e à Cerb para essas instituições construírem mais aguadas,

mais barreiros, mais perfurações de poços artesianos e, em especial, construir novas barragens. Bem, por aí, de uma maneira ou de outra, poderemos resolver o problema grave pelo qual estamos passando.

Deputado Luciano, a sua região está passando por uma situação muito grave. Está cedendo, através de obra emergencial, água da barragem de Itiúba para atender a 2 outros municípios muito próximos da Bahia: Santa Luz e Queimadas. Está havendo uma revolta por parte da população de Itiúba que não quer ceder a sua água. Claro, a barragem é regional e ela tem de atender regionalmente. Mas este é um sentimento de pertencimento que aquela barragem tem dentro daquele município.

Então é muito importante debatermos este tema aqui para podermos construir o quarto pilar dos recursos hídricos com mais investimento com o intuito de enfrentarmos a seca.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre deputado Alan Sanches pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, cidadãos que nos assistem, o deputado José de Arimatéia, que me antecedeu aqui, lutador igual a mim na área da saúde, disse que formulou alguns questionamentos através da Frente Parlamentar ao secretário.

Eu venho formulando questionamentos ao referido secretário desde 2015. A resposta recebida do secretário foi a de que nem sempre os ofícios chegam às mãos dele. Quando os ofícios não chegam às mãos do secretário e existe um protocolo de entrega, isso significa que alguém, ligado ao secretário, os recebeu.

Pela importância do tema, quando é tratado, inclusive por uma fiscal do Executivo, que é o deputado, dentre outras tarefas e prerrogativas, merecia o mínimo de atenção. Mas a resposta obtida do secretário foi essa.

Sendo assim, cansei, realmente, de solicitar essas informações ao secretário. Diante da negligência da Sesab para com a saúde em nosso próprio Estado da Bahia, só nos restou este artifício ou este instrumento legislativo que é a CPI para nós podermos esclarecer quantos milhões foram gastos na Emergência desse mesmo hospital.

A Sesab, naquele momento, há 10 meses, em abril de 2016, negligenciou a situação desse Centro Cirúrgico. Então, temos de procurar saber quais foram as pessoas responsáveis por causar esse estado de calamidade naquele hospital. Quem será o responsável por todas as consequências que levaram a óbito alguns pacientes e também a processos infecciosos que geraram mutilações naquele hospital? O que precisamos levantar é isso.

Sempre digo que o microfone e o papel aceitam tudo. O microfone, é só falar; o papel, é só escrever. Então, não adianta trazer informações vazias, dizendo que até o dia 13 de março – eu recebi essa informação dele –, deputado Joseildo Ramos, iniciaria a reforma de uma sala. Ora, é o Centro Cirúrgico todo que está fechado, não é uma sala. Portanto, não é a partir do dia 13. E foi fechado não pela Sesab, já que esta não tomou conhecimento nem procurou participar. Na verdade, ela negligenciou esse fato. Quem fechou esse Centro Cirúrgico, deputado Joseildo Ramos, foi o corpo clínico, que disse: “Não há mais condição de operar nesse Centro Cirúrgico”.

Fico morrendo de pena dos pacientes que foram operados lá, das pessoas que precisam daquele hospital. E o secretário da Saúde, de forma negligente, não olhou antecipadamente para esse hospital. Estou recolhendo, sim, as assinaturas dos companheiros desta Casa, as assinaturas dos amigos da Bancada, as assinaturas dos deputados que concordam que a situação da saúde é uma lástima.

Existem outras coisas que poderíamos questionar da Secretaria de Saúde aqui, mas ele é silencioso. Deputado Marcell, foi confirmada a vinda dele para falar sobre a febre amarela aqui. Mas, na hora do meu pronunciamento, farei todos esses questionamentos ao secretário. Aí quero ver o que ele responderá. E não haverá presidente de comissão que segurará a minha fala, porque ele responderá. Quando ele vier a esta Casa, ele responderá a todos os ofícios. Inclusive, os ofícios de outubro de 2015, quando ele, de forma “alardeosa”, como ele gosta, anunciou a produção de próteses pela Bahiafarma. Em julho, fará 2 anos que o secretário informou que faria próteses. Onde estão? Quais são as informações? Nós não as temos aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao do Bloco Parlamentar PP/PSB/PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 6 minutos.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Eu falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a falará por 6 minutos?

A Sr^a Fabíola Mansur:- O tempo total será reduzido pela metade, não é?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O tempo será reduzido pela metade, porque entraremos em processo de votação, como acordado no Colégio de Líderes.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Falarei pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 6 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, nobre trio da Mesa Diretora, o que me traz a esta tribuna é para mais uma vez esclarecer algumas dúvidas em relação ao tema proposto – e muito bem-vindo – pelo nobre deputado Alan Sanches, meu colega que respeito muito, sobre o Hospital Geral Ernesto Simões.

Hoje, estivemos com o secretário Fábio Vilas-Boas e, obviamente, recebemos dele informações oficiais que vieram da própria diretoria do Hospital Geral Ernesto Simões, assinadas pelo Dr. Galvão, por José Higino, pelo diretor administrativo, Aliomar, e por Cristiana.

Aliás, o secretário Fábio Vilas-Boas tem um excelente relacionamento com esta Casa, não se eximindo de prestar esclarecimentos. E assim ele o fez quando enviou para cá esses esclarecimentos, que passou às minhas mãos e do deputado Carlos Geilson, a respeito de tudo. Mas o que chama mais a atenção e mais nos causa preocupação, reitero, é o que foi dito ontem, ou seja, que 90% de todas as cirurgias do Hospital Ernesto Simões são infectadas. Como médica oftalmologista, fiquei preocupada com a integridade e a segurança dos pacientes, por isso fomos buscar a informação da CCIH.

Gostaria de ler a taxa que está no ofício encaminhado à Comissão de Saúde, que diz: (Lê) *“A taxa de infecção hospitalar do HGESF é em média de 6,25% nos últimos 12 (doze) meses. Considerando a idade, as condições socioeconômicas e educacionais dos nossos pacientes terá que ser melhorada em muito (no que estamos empenhados)”*.

O Ministério da Saúde preconiza como uma taxa aceitável 5%. E tenho certeza de que parte das reformas que estão sendo realizadas em uma das salas cirúrgicas, para revisão do forro e do telhado, vão colaborar para que possamos atingir essa taxa aceitável de 5%.

Mas uma coisa é dizer que 90% das cirurgias são infectadas, porque até eu, que geralmente recomendo pacientes para o Ernesto Simões, fiquei assustada. Conheço pessoalmente a seriedade de Dr. Galvão e sei da competência dele. Outra coisa, deputado Bobô, é a taxa é de 6,25%.

Aqui também esclarece, e vou repetir, que a melhoria é para garantir a integridade física de pacientes e da equipe e que a proposta de reabertura é em março. E também que os pacientes são encaminhados para o Hospital Octávio Mangabeira num veículo que está sendo disponibilizado pela Sesab; que houve a adequação do Centro Cirúrgico do Hospital Octávio Mangabeira, com a instalação de um Arco C para realização de cirurgias ortopédicas.

De forma que temos, a bem da verdade, de esclarecer tudo isso aqui. Temos de fiscalizar, sim; a Comissão de Saúde tem esse papel, bem como os deputados, individualmente. Mas não podemos prestar o desserviço de informar ou desinformar com números que não estão comprovados. Acho que a saúde tem de melhorar sempre. O secretário nunca se furtou de vir a esta Casa para prestar esclarecimentos.

Mas acho que temos de ter um certo cuidado com as informações que trazemos, sobretudo, a respeito desse Centro Cirúrgico, que realiza cirurgias ortopédicas.

No entanto, também concordo com algumas coisas. Precisamos ampliar o número de cirurgias ortopédicas? Precisamos. Precisamos fazer mutirão de cirurgias? Precisamos. Precisamos melhorar as cirurgias oculares, como vitrectomias e cataratas? Precisamos. Até recentemente, deputado Sandro Régis, muitos deputados da Oposição, inclusive V.Ex^a e o deputado Adolfo Viana, estavam aqui elogiando o trabalho do secretário Fábio Vilas-Boas.

Quero também nestes últimos minutos, além de prestar estes esclarecimentos oficiais, que serão encaminhados à Comissão de Saúde, informar que o secretário também convida os deputados para uma campanha pelo uso de preservativo no Carnaval para impedir a disseminação das doenças sexualmente transmissíveis. Essa campanha, que foi lançada pelo ministro Ricardo Barros, terá um bloco, o antigo Bloco da Camisinha, sexta-feira. Ele mandou as camisas, que estão sendo encaminhadas para todos os gabinetes de deputados. Então, é muito importante fazer parte dessa campanha.

Para finalizar, quero também agradecer, porque esta Casa, deputado Sandro Régis, doou um kit, o kit social do Carnaval. Nesse kit, além de algumas orientações, há uma camisinha. A camisinha é parte da nossa promoção da saúde, da informação, mas quero registrar um protesto: a camisinha é masculina.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Querida amiga, o seu tempo já está esgotado.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR: - Deveriam distribuir também a camisinha feminina – com a sua tolerância –, porque, subliminarmente, não deixa também de ser uma forma de machismo. Espero que nos próximos kits encaminhados aos assessores, servidores e servidoras a camisinha, deputado Targino Machado, seja feminina.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputada Fabíola Mansur, o tempo de V.Ex^a já encerrou.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Espero que V.Ex^{as} conheçam a camisinha feminina. Essa camisinha é tão rara, que muitas pessoas podem até nem saber que ela também existe.

Sendo feito o esclarecimento, quero desejar um Carnaval seguro, um Carnaval na paz e um Carnaval que a gente possa ser solidário.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputada Fabíola Mansur!

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Obrigada pela sua tolerância, presidente Sandro Régis.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS para falar ou indicar o orador pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falarão os deputados Alan Sanches e Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente. Invoco o artigo 152 do Regimento Interno.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Excelência, esse nosso Regimento Interno é dos idos de 1985, Lei nº 1.193 de 1985. Eu acabei de inventar uma proposição, um artigo para suprir as omissões. Na verdade eu quero fazer um protesto, ao tempo que aproveito o bom senso de V.Ex^a, que, com certeza...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Irei corrigir. Será 5 minutos e meio ao invés de 5.

O Sr. Targino Machado:- Com certeza!

Nós só temos uma câmera da *TV Assembleia* aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não, deputado, temos outra câmera lá.

O Sr. Targino Machado:- Mas aquela não funciona.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não?

O Sr. Targino Machado:- Ela só está ali para focar o orador na tribuna.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não, a do orador é essa daqui.

O Sr. Targino Machado:- É uma câmera para o orador na tribuna e outra para a Mesa Diretora. Precisamos de uma câmera que esteja fotografando, filmando as cadeiras vazias, Excelência. Na medida em que colocarmos aqui, na *TV Assembleia*, a visão do Plenário, prestaremos um serviço a esta Casa.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem...

O Sr. Targino Machado:- É para contraditar?

O Sr. Luciano Ribeiro:- É, sim!

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a não pode contraditar, porque não é da minha Bancada.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Qualquer deputado pode contraditar.

O Sr. Targino Machado:- Não!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pode!

O Sr. Targino Machado:- Não pode, não, Excelência. Para contraditar...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Qualquer deputado pode fazer o contraditório.

O Sr. Targino Machado:- O Papa?

O Sr. Marcell Moraes:- O Papa, não. Fazer o contraditório.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Fazer o contraditório

O Sr. Targino Machado:- Em sentido inverso.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Exatamente!

O Sr. Targino Machado:- Excelência, nós precisamos que uma visão globalizada do Plenário desta Casa seja apresentada na *TV Assembleia*. Não podemos ficar restritos à imagem da Mesa Diretora ou à imagem do orador que está com a palavra. Com isso, acredito que estaremos prestando um grande serviço à Assembleia Legislativa da Bahia.

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Targino Machado, quero dizer que, em nome da Mesa Diretora, farei um ofício ao superintendente da *TV Assembleia* para que, se houver isso, faça essa correção, de modo que na televisão os telespectadores possam ver todo o Plenário, e não apenas só a Mesa Diretora ou só o orador.

Questão de ordem, deputado Luciano Ribeiro, e logo após ao deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o art. é o 227. Queria contraditar o deputado Targino. Entendo que o deputado Targino é um grande regimentalista, é um grande parlamentar, cuidadoso no trato desta Casa e nas questões da Casa, mas quero discordar de que o deputado tenha que estar sempre presente no Plenário. Eu falo isso com muita tranquilidade, porque permaneço muito tempo no Plenário. Quase todo o tempo. Entendo que o deputado tem diversas outras atribuições. Temos nos gabinetes, à nossa disposição, áudio e vídeo do Plenário, o que nos permite fazer outras tarefas e acompanhar a sessão. O que eu quero dizer é que não concordo com isso, porque não é só a presença no Plenário que resume a atividade parlamentar.

Então essa é a minha contradição ao argumento do deputado, respeitando-o muito, mas quero contraditá-lo nesse sentido.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, é apenas uma lembrança: corrija-me se eu ouvi de forma equivocada. O deputado Targino evocou o artigo 152, que significa um aparte. Não havia nenhum orador...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Ele já identificou.

(Alguns deputados se manifestam fora dos microfones.)

O Sr. Joseildo Ramos:- Então foi um artifício.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a tem razão, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Para ajudar V.Ex^a, nós não poderíamos utilizar artifício onde não existe no Regimento regra estabelecida.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Eu queria fazer um apelo ao Plenário. Para continuarmos os trabalhos...

O Sr. Targino Machado:- A questão de ordem já foi deferida por V.Ex^a, não cabe mais discussão. Mas, só por satisfação ao nobre colega, eu quero dizer que este Regimento é de 1985 e quis demonstrar que existem furos e que a gente precisa trabalhar nele. Inclusive aqui já foi instalada, deputado Sandro Régis, por várias vezes, comissão para reforma do Regimento e que nunca produziu nada.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O tempo, deputado Luciano, são 5 minutos e meio.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Então vamos dividir em 3 minutos para o deputado Alan Sanches e 2 minutos e meio para o deputado Targino Machado.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Então serão 3 minutos para o deputado Alan e 2 minutos e meio para o deputado Targino Machado.

(Alguns deputados falam fora dos microfones.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Targino, hoje na reunião de líderes, todos os líderes da Casa acordaram fazer os horários partidários pela metade para que possamos votar os projetos dos deputados aqui, porque amanhã é Carnaval.

O Sr. Carlos Geilson (fora do microfone):- V.Ex^a não participou da reunião de líderes, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Geilson, não participei do acordo de líderes, mas nosso Líder participou e me passou isso.

O Sr. Carlos Geilson:- Já manifestei ao nosso Líder dileto, ínclito e egrégio, deputado Leur Lomanto Júnior, a minha insatisfação. Espero que na próxima reunião do Colégio de Líderes seja restabelecido o grande expediente,...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não! Vai haver. É apenas uma exceção para hoje. Assim me foi passado.

O Sr. Carlos Geilson:- (...) que nas quartas-feiras ele seja mantido também, Ex^a.

(Alguns deputados falam fora dos microfones.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- É só uma exceção para hoje.

O Sr. Carlos Geilson:- Então está retirado o que eu disse.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente, antes da minha fala.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não, deputado Alan! Pode falar de lá! V.Ex^a vai usar a tribuna agora! V.Ex^a vai discursar agora!

O Sr. Alan Sanches:- Companheiros, eu apenas gostaria, Sr. Presidente, de manifestar que o Colégio de Líderes é uma coisa nova que vem acontecendo. Como deputado, gostaria de ser informado antecipadamente que o horário foi reduzido. Não, agora. Eu só gostaria disso: de que qualquer decisão do Colégio de Líderes eu tivesse uma informação um pouco antecipada e não no Plenário. Só isso.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Alan, posso dar uma sugestão a V.Ex^a? Acho que esse é um assunto interno da Bancada que tem que ser tratado internamente. A Bancada de V.Ex^a, que é a mesma minha, tem um líder. Então vamos tratar esses assuntos internamente em nossa Bancada.

O Sr. Alan Sanches:- Deputado, V.Ex^a não entendeu. Isso não é de Bancada, isso foi decisão do Colegiado.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Mas cada líder fala para a sua bancada.

O Sr. ALAN SANCHES:- Tranquilo. Sr. Presidente, eu vim aqui para trazer alguns esclarecimentos. Quando fazemos uma Comissão Parlamentar de Inquérito é, justamente, para fazer investigação. Não posso compactuar com o desserviço que o secretário de Saúde vem fazendo. Se a deputada Fabíola resolveu, neste momento, abraçar o secretário – a senhora sabe o apreço que tenho por V.Ex^a, mas resolveu agora ser a secretária do secretário nesta Casa e não a Comissão de Saúde –, para mim, tudo bem. É um direito que assiste a qualquer um dos deputados. O que não dá é um deputado da Casa, prestando serviço ao secretário, venha a questionar o que a gente recebe dos colegas dela mesma.

A própria deputada Fabíola deve ter as informações que, através de uma comunicação interna do corpo clínico – pelos seus cirurgiões vasculares, pelos ortopedistas, pelos anesthesiologistas –, notificaram a impossibilidade de manter aquele centro cirúrgico aberto. Não sou eu que falto com a verdade. Não sou eu que presto o desserviço, mas sim o secretário que se esconde da verdade. Quando ele diz que vai fazer isso ou aquilo, ele está mentindo. Ele mente descaradamente. O Centro Cirúrgico do Ernesto Simões é composto por 5 salas. Ele está pegando apenas uma sala de um hospital, que já tem a sua própria demanda, que trata infecções pulmonares, que trata patologias do tórax, e está apenas encaminhando uma sala, deputada Fabíola.

V.Ex^a acredita, como médica, com o seu conhecimento científico, que é possível que esse secretário, que faz esse desserviço a esta Casa, ao nosso Estado da Bahia, está falando a verdade quando ele pega uma sala para funcionar pela manhã e pela tarde – dito pela própria diretora –, que apenas poderia no máximo absorver 30% daquele hospital? Ele acha que isso é planejamento? Pelo amor de Deus, deputada! Faça o seu serviço, beijando os pés do secretário, que a Senhora vai muito bem dessa forma.

A Sr^a Fábíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente. Porque fui citada pelo nobre colega...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputada Fábíola Mansur, tem que citar o artigo.

A Sr^a Fábíola Mansur:- Eu fui citada. Carlinhos, eu gostaria...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputada Fábíola Mansur, tem que citar o artigo.

A Sr^a Fábíola Mansur:- O artigo que diz onde um deputado citado em condição que eu considero ofensiva possa ser... Carlinhos, eu gostaria... eu não estou com regimento aqui. Obviamente, não temos...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputada Fábíola, a Sr^a sabe do respeito que tenho por V.Ex^a, mas nós criamos uma norma na Casa. V.Ex.^a dispõe de tempo na tribuna para responder ao deputado Alan. Eu, como Presidente, não vou admitir deputado ficar respondendo ao outro em questão de ordem. Questão de ordem, quando eu presidir a Casa, será para tratar de assuntos do artigo na frente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de 2 minutos e meio.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Pena que o deputado jurista da oposição, deputado Luciano Ribeiro, não está presente, pois eu gostaria de solicitar dele um parecer a respeito de uma novidade jurídica que me foi trazida no dia de ontem, quando do julgamento no CNJ dos ex-presidentes Mário Alberto Hirs e Telma Brito, que respondem por desvio de conduta em prejuízo ao Erário através de precatórios – cerca de 488 milhões. Foi iniciado o julgamento, finalmente, ontem, porque já havia sido marcado, colocado na pauta e desmarcado várias vezes. E, ontem, finalmente, o relator desse processo pôde oferecer o seu parecer, que diz o seguinte: “Apresenta a pena de disponibilidade contra os dois magistrados citados, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.” Ou seja, tanto o Hirs como a Telma Brito vão ficar suspensos das suas funções por um período de 2 anos, recebendo salário proporcional. “Em cumprida a pena, os magistrados podem pleitear o retorno aos cargos.”

Isso é uma belezinha. Punição de juiz é prêmio. Se fosse qualquer cidadão comum, teria que responder processo, ser preso e devolver o dinheiro, o prejuízo do Estado. Mas como são juizes, vão receber o prêmio de ficar de férias por 2 anos, recebendo o salário integral, com direito de daqui a 2 anos voltar ao Tribunal de Justiça.

Quero dizer ao senhor e à senhora que me escutam, aos Srs. Deputados, pau que nasce torto até a cinza é torta. O prejuízo de 488 milhões que deu ao Erário os ex-presidentes...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- ...Mário Alberto Hirs e Telma Laura Brito é impagável.

Concluo, dizendo: qual é a moral que tem um juiz na Bahia ou no Brasil de exarar uma sentença mandando prender um bandido qualquer? Porque os bandidos de toga...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- ...não têm punição.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PSL para indicar o orador pelo tempo de 5 minutos e meio.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, falará pelo tempo integral o deputado Joseildo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de 5 minutos e meio.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, todos que nos assistem, que nos ouvem, que nos veem pela *TV Assembleia*, fico muito feliz em subir a esta tribuna depois que vários oradores se ocuparam de um tema que, certamente, custará muito caro para a sociedade brasileira.

Vários foram os oradores que trabalharam a questão do desmonte do estado de bem-estar social que, timidamente, estava sendo composto e que ficou conhecido em todo mundo como uma tarefa hercúlea de incluir nos primeiros degraus parte da sociedade brasileira, depois de 5 séculos relegada ao fosso das desigualdades sociais.

Hoje, temos um presidente e um governo impopular, ilegítimo, golpista, que está destruindo o patrimônio e as conquistas públicas. Primeiro, desmontarão o marco regulatório do pré-sal e a Petrobras como principal timoneira desse processo.

Os bancos públicos, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o Banco do Nordeste, estão experimentando a sanha privatista desses bandidos, mesmo porque o presidente atual colocou claramente que ele saber lidar com bandidos. Tem 6 ministros que estão sendo delatados e certamente, dentro em breve, serão deletados do arco-íris de opções nefastas que o Michel Temer escolheu para compor o seu ministério sem luzes.

Com a PEC 55, do Senado, instalamos o projeto neoliberal que dignificará o maior retrocesso nas conquistas sociais do nosso povo.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Srs. Deputados, há um orador na tribuna, por favor.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- A reforma da Previdência, através da PEC 287/2016, vai significar a inviabilidade da aposentadoria para 47% das mulheres, para quase a totalidade dos trabalhadores rurais e certamente para 80% do mundo do trabalho.

A reforma trabalhista começa pelas desregulamentações das relações do trabalho, com a terceirização das atividades-fim. Na ausência de soberania na política externa, o Brasil já virou as costas para o fortalecimento dos BRICS e está estendendo o seu tapete ao seu principal algoz, do ponto de vista de ser quintal dos Estados Unidos.

Nós estamos acabando com a perspectiva de divisão da renda e dos benefícios da riqueza que este País produz. E o povo brasileiro, principalmente aqueles que empunharam panelas contra a corrupção... Acho muito singular - difícil de acreditar - um desfile interminável de figurões que são alcançados no ofício prático da corrupção, mas exatamente a classe média e os mais afortunados sequer...

(Continuam as conversas paralelas no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Há um orador na tribuna, Srs. Deputados, por favor.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Agradeço, Sr. Presidente, e peço que reponha o meu tempo - preciso terminar meu discurso - em pelo menos 1 minuto.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- É o seu Líder que está tumultuando! Deputado Zé Neto, o seu deputado está na tribuna! Deputado Zé Neto!

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Então, meu companheiro deputado Zé Neto, nós aqui - com a sua tolerância, Sr. Presidente - deveremos abrir no final do mês um debate e convidamos toda a Casa para que nos debrucemos sobre um tema que está maltratando, angustiando uma perspectiva de liberdade, de autonomia e de proclamarmos definitivamente a possibilidade de termos uma aposentadoria digna. O Brasil está abrindo espaço para a banca privada, está escolhendo - para concluir - abrir a torneira para que os financistas tomem conta das aposentadorias, que serão uma mera utopia, uma quimera!

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem. Art. 156, Sr. Presidente, para dirimir dúvidas no Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não. Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Com relação ao acordo que está sendo feito nesta Casa para que possamos votar os projetos, acho que estamos começando a evoluir, mas é preciso um pouquinho de parcimônia de ambos os lados. O projeto que tem de vir para a Casa passa na Comissão de Constituição e Justiça - isso o Líder da nossa Bancada, quando outro, já definiu - e tem que vir de lá já com o parecer. O que temos de escolher são os projetos de acordo que vão vir, e não os que vão vir para serem aprovados. Não é dessa forma que pode. Se, quanto aos nossos projetos aqui, para cá vem 1 e de lá vêm 2, caso seja aprovado o nosso ou os deles, aí paciência! Mas tem de trazer para votar, e não votar no acordo para aprovar, porque é o que está parecendo! Nós estamos tendo uma censura! A própria CCJ está tendo uma censura aos projetos que vão ser trazidos à Casa, e não pode ser dessa forma!

O Sr. Fábio Souto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Neto, questão de ordem do deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Concorde com o deputado Alan porque, veja bem, estamos pedindo que o projeto venha para a Casa e aqui ao Plenário ser votado, entendeu? Pode ser votado a favor ou contra! Agora, não pode o projeto de um deputado estar todo aprovado, e aí uma pessoa diz: “Esse vai, esse vai, esse vai. E esse não vai.” Não pode ser assim!

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, nós instituímos com o Colégio de Líderes, e obviamente sob a orientação e a liderança do presidente da Assembleia, deputado Angelo Coronel, que as quartas-feiras estariam reservadas para a apreciação e a votação dos projetos de lei oriundos dos Srs. Parlamentares.

E, assim, tem sido feito um esforço enorme para podermos criar uma rotina com o intuito de destravar o andamento de mais de 800 projetos oriundos dos deputados desta Casa, pois os mesmos estão travados nas comissões. Isso, para os deputados, é um grande pleito. O grande sonho dos parlamentares é ver os seus projetos aprovados nesta Casa.

E ficou definido...

O Sr. Fábio Souto:- Deputado Leur, só para fazer um parêntese.

Há projetos que não foram votados na CCJ e os mesmos estão lá parados.

Mas há projetos que já foram aprovados na CCJ e esses mesmos não vêm a Plenário.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- É isso aí.

Estão 800 projetos de lei nas comissões. Ficou acordado, Sr. Presidente, que aqueles projetos de lei já apreciados e votados na CCJ estariam aptos para virem a Plenário, a fim de eles serem votados em Plenário.

Nesse sentido, eu faço um apelo e, ao mesmo tempo, eu peço a interferência favorável de V.Ex^a, do presidente Angelo Coronel e do Líder do Governo e deputado Zé Neto.

Vejam, o papel deste Parlamento é aprovar ou não o projeto de lei. Ninguém, aqui, é obrigado a aprovar um projeto oriundo de deputado. O parlamentar, aqui, tem total direito de discordar de qualquer projeto. A função deste Parlamento é o deputado estar na tribuna, ali, para discutir projetos. O autor do projeto de lei vai defender o seu ponto de vista. Quem não concordar tem o direito de se manifestar contra. Esta é a função do Parlamento, qual seja, discutir projetos de lei.

Agora, o que não cabe... E, aí, faço um apelo ao meu querido amigo, ao deputado e ao Líder do Governo Zé Neto para colaborar. Ressalto o fato de que ele está tendo a maior boa vontade para este trâmite funcionar. Eu faço apelo para isso acontecer. Então, esperamos que nós consigamos criar celeridade para aprovar esses projetos.

Agora, o que não pode é continuar da forma como está, qual seja, o deputado Zé Neto quer ouvir o governo para saber se o projeto é de interesse do governo ou não. Este não é o nosso papel!

O nosso papel, aqui, é discutir os temas e os projetos necessários.

Então se a Bancada do Governo, por alguma ventura, interpreta e entende que o projeto de lei, oriundo de um deputado de Oposição ou do próprio governo, não faz bem ao governo e o mesmo governo não está de acordo, que se rejeite o projeto. Ou, ainda, em último caso, que o governador vete o projeto para, depois, nós discutirmos, aqui, o veto.

O que nós precisamos é apreciar e votar os projetos de lei oriundos de deputados!

Senão, não vamos votar nada e vai continuar tudo como está.

Não é esta a intenção do presidente Angelo Coronel. Sei que não é esta a intenção do Líder do Governo Zé Neto.

Precisamos quebrar esta barreira para dar continuidade ao que queremos: apreciar, votar e aprovar os projetos de lei oriundos de deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Quero, aqui, dizer que entendo o deputado Zé Neto e o deputado Leur, ambos Líderes do Governo e da Oposição.

Entendo que esta Casa não pode ser secretaria do governo do Estado.

Uma coisa é o projeto de origem do Executivo ser pautado pelo Executivo. A outra situação é projeto de lei oriundo de deputado ser pautado sob o aval do Executivo.

Quando o projeto de lei oriundo de deputado já tiver sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, ele já está apto a ser votado em Plenário.

Eu não entendo, repito, não entendo.

Vou levar esta questão para a Mesa Diretora.

Não entendo qual o motivo ou qual a alegação de o projeto de lei, oriundo de deputado, apto pela CCJ, sofrer qualquer tipo de veto ou de apreciação por parte da Serin. O papel da Serin não é este. O papel da Serin é pautar os projetos do Executivo.

Quem tem de dizer acerca da constitucionalidade ou não de um projeto de lei oriundo de deputado é a Comissão de Constituição e Justiça! É assim que entendo.

E se a comissão der o parecer favorável para o anteprojeto de lei vir a Plenário, ele se torna projeto de lei para os deputados, tanto do governo ou da Oposição, votarem a favor ou contra.

Mas acho que a Mesa Diretora, na pessoa do presidente Angelo Coronel, não deve permitir que a Serin venha pautar projeto de lei oriundo de deputado desta Casa, porque, no meu entender, se assim for, esta Casa perde a sua capacidade de legislar e vamos virar meros carimbadores do Executivo.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, pela ordem, o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- São, apenas, esclarecimentos.

Temos observado inclusive que se tem implantado, equivocadamente, algumas discussões sobre o trabalho da CCJ. E alguma coisa cabe para o esclarecimento aqui e agora.

Primeiro, a Mesa Diretora deu um prazo de 30 dias para que as pessoas, dentro da CCJ, emitam os seus pareceres. Este prazo já está no Regimento. O prazo é de 15 dias. Não precisamos aumentar esse prazo se nós queremos dar celeridade ao processo de aprovação dos projetos de lei. Este é o primeiro esclarecimento.

Segundo, o sistema aqui, faz com que permaneça na CCJ aquilo que já foi aviado, o parecer, que poderia voltar para a Mesa para que a direção da Casa fizesse o encaminhamento devido, se seguiria para as comissões técnicas, ou temáticas, ou não.

Também informarei formalmente, em nome da celeridade, ao Colégio de Líderes – que bom que foi criado nesta Casa –, para que tome conhecimento, sobre os deputados que estão com pilhas e pilhas de pareceres, sem enviá-los de volta, para que sejam substituídos por outros relatores, a fim de que esta Casa tome curso.

São esclarecimentos que cabem, obviamente, e são esclarecimentos impessoais, em nome do interesse do Poder Legislativo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a é o presidente da comissão mais importante da Casa, que é a CCJ, a discussão aqui é que quando chega um projeto à comissão de V.Ex^a o relator dá o seu parecer. Quando sua comissão legitima aquele projeto como constitucional, não há porque órgãos externos à Casa interferirem no parecer.

O Sr. Joseildo Ramos:- Mas isso é uma questão da Mesa. A Mesa tem sua direção.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O que o deputado Angelo Coronel, presidente da Casa, e que preside a Mesa Diretora, tem-nos passado é que projeto considerado apto pela Comissão de Constituição e Justiça virá para o Plenário. Ou o Plenário aprova ou o rejeita. O que não pode é o projeto ir da Comissão para a Casa Civil do Governo para ela decidir qual projeto de deputado que será votado.

Eu, na Mesa Diretora, como 1º Secretário, serei extremamente contrário a esse tipo de atitude porque vejo que é uma desmoralização para o Parlamento.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pela ordem o deputado, Líder do PT, Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu tenho muito respeito e carinho por V.Ex^a e queria pedir-lhe para ser mais tranquilo em relação a seu posicionamento na Mesa, porque na Mesa V.Ex^a deve tomar um posicionamento agora, eu pediria, para preservar a nós todos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Neto, nós temos que preservar o Parlamento.

O Sr. Zé Neto:- Eu estou pedindo a V.Ex^a que quando estiver na Mesa tenha um posicionamento que não precisa ser o que V.Ex^a assumiu. V.Ex^a assumiu um posicionamento...

Ontem, eu achei correto o posicionamento do deputado Fábio Souto quando colocou a questão que... Apesar de o deputado que se posicionou na Mesa ser da minha Base, em determinado momento, ele próprio reconheceu depois, houve um certo exacerbamento, porque estar aí é diferente de estar sentado aqui.

Quando se senta na Mesa – que deve ser o espaço dos deputados terem a certeza de que haverá, por parte de quem está aí, naquele momento, a magistratura – não se pode tomar posicionamento político.

Outra questão. Eu queria dizer a V.Ex^a que estamos tentando esconder um problema, e não é esse o problema. A Serin, o Governo, a Casa Civil, a Liderança do Governo, o que for, trabalham, conjuntamente, e vão conversar sempre sobre algum assunto que seja do interesse do Governo. Isso é plenamente normal.

V.Ex^a está-me cobrando e eu já respondi ao deputado Leur Lomanto, e falei a ele com muita sinceridade, que estou aqui para contribuir, colaborar. E disse a mesma coisa ao meu amigo deputado Targino e ao deputado Luciano: eu quero colaborar.

Eu presidi a Comissão de Justiça e sei o que é a Comissão de Constituição de Justiça. Sou deputado aqui há 4 mandatos. Se V.Ex^a perguntar qual é o meu desejo, é que possamos aprovar os projetos. Eu quero que V.Ex^{as} não confundam porque, primeiro, vou aprovar e quem vai dar o veto ou não é o governador.

Eu devo ter a responsabilidade, como Líder que sou... Inclusive, sou advogado com especialização na área de Direito Público pela Podium, fui da segunda turma, e tenho orgulho disso, graças a Deus tive uma boa nota, fui advogado em direito administrativo durante 16 anos.

Então, não poderia aqui, sabendo das dificuldades que temos do ponto de vista jurídico, me omitir em dar meu parecer sobre determinadas situações que vão ser feitas por acordo.

O que V.Ex^a está me pedindo é que ao fazer o acordo... O que é acordo? Encontro de vontades. Nesse encontro de vontades, eu disse a V.Ex^a que não posso encontrar na minha vontade e não vou pedir a V.Ex^a nunca... Eu tenho a vontade de votar um projeto e V.Ex^a pode dizer: Zé Neto, esse projeto por acordo não diz respeito a interesses do meu partido ou do meu grupo, ou de alguma situação que diga respeito à Bancada de Oposição, porque é um acordo.

O que tenho feito? E por que tenho feito? Deputado Sandro, V.Ex^a viu no ano passado alguns projetos na Casa – V.Ex^a reclamou, eu reclamei, que fique entre nós – não era aquilo que queríamos que tivesse acontecido, mas aconteceu de alguns projetos chegarem a ser votados aqui por acordo, concorda? E depois soaram destoantes, porque chegaram ao governador e foram vetados. É uma coisa tão ruim quanto votar aqui uma pior, porque já vai à exposição do governador em situações lastimáveis para nós do ponto de vista jurídico.

O que eu pedi hoje e houve um esforço grande por parte do Colégio e acho que ele está funcionando com responsabilidade, porque o Colégio diz: olha, tem de sair da Comissão, porque, deputado Fábio Souto, quando chegar ordinariamente aqui não precisa de acordo, deputado. Não precisa de acordo para chegar aqui, Chegou aqui ordinariamente, vamos votar. Qual o problema?

V.Ex^{as} estão confundindo uma situação que precisa... O deputado Joseildo foi muito preciso. O problema é que não é apenas a Comissão de Justiça que dá o parecer, são várias comissões. E aqui tem mais de 2 mil projetos parados nas mãos de relatores. Isso eu não queria nem expor publicamente, pois já expus internamente, porque há uma necessidade de fazermos esses projetos caminharem nas outras comissões.

O que tem de fazer? Passar na Comissão de Justiça, deputado Sidelvan, ir para as outras comissões e os deputados retornarem. Hoje a medida que foi tomada pela manhã foi muito importante, dando 30 dias pra o relator do projeto...

O Sr. Fábio Souto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- ...apresentar um parecer. Não apresentou, o projeto vai ter um parecer de outro relator até que se resolva o problema...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Neto...

O Sr. Zé Neto:- ...Só para encerrar, só mais um pouco de tolerância para não ficar como se fosse uma coisa de política, que nem é, é de responsabilidade, que estou tendo, primeiro com a figura da nossa representação máxima, que hoje é do meu partido, mas amanhã pode ser do seu partido, também. Não é isso que estou colocando. Estou colocando a responsabilidade da maior autoridade do Estado, receber da Casa Legislativa projetos que, infelizmente, chegam na Casa... Vou dar um exemplo: recebi agora há pouco um projeto do meu amigo, deputado Fábio Souto, eu tenho toda a boa vontade, mas a primeira linha do projeto, no primeiro parágrafo diz que dá uma isenção fiscal.

Qualquer um de nós que olhar com calma vai lembrar que isenção fiscal não pode ser objeto de tratativa de deputado em processo legislativo...

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Então, estou dizendo a V.Ex^a, só para concluir, estou à disposição, quero encontrar soluções, porque acho que a solução não é só chegar aqui no Plenário, é como chegar.

Quero agradecer, inclusive, à Oposição que hoje foi muito responsável na reunião de líderes, para fazer com que as Comissões funcionem e possam trazer para o Plenário. Chegando em Plenário, deputado Luciano, estou aqui dizendo a V.Ex^a, chegou no Plenário vamos votar...

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem.

O Sr. Fábio Souto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Fábio, um minuto. Deputado Zé Neto, apenas quero dizer a V.Ex^a que a Mesa defender que sejam votados pareceres de deputados não é tomar partido nem de A nem de B. De deputado para deputado, deputado Zé Neto, tem de vir primeiro sem acordo, não tem de ter acordo não. Temos os mesmos direitos que o Executivo, o Judiciário e o Legislativo.

Deputado Zé Neto, da mesma forma que escutei V.Ex^a, gostaria que V.Ex^a me escutasse. O projeto, deputado Zé Neto... O que quero dizer a V.Ex^a, o que sempre questioneei com V.Ex^a quando fui líder da Oposição, que é errado a Casa Civil pautar projetos de deputados na Casa. É errado, V.Ex^a goste ou não goste, é errado, porque nós temos comissões pertinentes na Casa para emitir o parecer, para dizer se o projeto é apto ou não.

Se o presidente da Casa quiser de outra forma, ele é o presidente, mas o meu voto, como 1º Secretário para preservar o Parlamento, eu não estou aqui transvestido nem de Oposição e nem de Governo, eu estou aqui um parlamentar entre os 63.

Falei com V.Exª diversas vezes: não tem cabimento a Casa Civil pautar projeto de deputado, visto que a Assembleia tem as comissões permanentes para dizer se o projeto é legal ou não é legal. Essa é a posição, não do deputado Sandro Régis, mas do 1º Secretário da Casa.

Com a palavra o deputado Fábio Souto.

O Sr. Marcell Moraes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Srª Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Fábio Souto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Euclides Fernandes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, eu estava inscrito. V.Exª tem que tomar uma posição imparcial na administração da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- E V.Exª tem que ser um pouco mais educado.

Com a palavra o deputado Euclides Fernandes; depois, o deputado Fábio Souto.

O Sr. Euclides Fernandes:- Mal-educado está sendo V.Exª, que está tumultuando a sessão. V.Exª, Sr. Presidente Sandro Régis, é que está tumultuando a sessão. Como presidente, V.Exª não poderia.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Sr. Presidente, eu queria dizer que o deputado Sandro foi feliz aqui na sua colocação, porque vamos raciocinar aqui bem basicamente: quem é que diz se um processo é constitucional ou não? Quem é o fórum apropriado para isso, deputado Luciano Ribeiro, V.Exª que é advogado? Qual é o único fórum apropriado para dizer se é constitucional ou não?

O Sr. Luciano Ribeiro:- É a CCJ.

O Sr. Fábio Souto:- Então, a CCJ aprova o projeto, diz que é constitucional. Quer dizer, está apto para votar...

(Deputado Zé Neto fala fora do microfone.)

O Sr. Fábio Souto: - Eu entendi o que V.Exª falou, Zé Neto, tenho todo o respeito por V.Exª. Mas o que é que acontece? Quantos projetos aqui já foram aprovados por acordo, vindos direto da CCJ? Então, eu quero dizer o seguinte: tem projeto melhor ou pior de deputado? Eu quero crer que não, não tem projeto pior nem melhor, tem projeto constitucional que está apto para ser votado no plenário.

Então, é só esse adendo que eu quero fazer.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Essa questão de ordem é matéria já vencida, Sr. Presidente.

O Sr. Fábio Souto:- Eu estou finalizando só...

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, recomponha a Mesa, por favor.

O Sr. Fábio Souto:- Eu estou falando ainda.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, questão de ordem.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Marcell Moraes:- Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Fábio Souto:- Deputado Euclides Fernandes, eu sei da amizade que V.Ex^a tem por Sandro e do respeito que ele tem por V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Por favor, recomponha a palavra do deputado Fábio Souto, ele está sem microfone, está sem som.

O Sr. Fábio Souto:- Então, eu sei do respeito mútuo do deputado Sandro Régis por V.Ex^a e de V.Ex^a pelo deputado Sandro Régis, mas eram essas colocações, deputado Sandro Régis, que eu queria fazer.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Alan Sanches, Deputada Fabíola e deputado Alex Lima.

O Sr. Targino Machado:- Excelência! Já recompôs a Mesa, Sr. Presidente? Suspende a sessão até recompor a Mesa, por favor.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, eu gostaria que V.Ex^a me assegurasse a palavra.

O Sr. Targino Machado:- Suspende a sessão, Excelência. Retire o microfone...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Está assegurada, deputado Euclides Fernandes.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Tem que citar o artigo.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, eu estava atento a todo esse processo de discussões a respeito da problemática dos projetos de autoria dos Srs. Deputados. Eu gostaria de dar o meu parecer...

O Sr. Targino Machado:- Excelência! Recomponha a Mesa, por favor. Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Um minutinho, por favor. Deputado Aderbal Caldas.

O Sr. Euclides Fernandes:- Eu já perdi o meu raciocínio...

O Sr. Targino Machado:- Aluno indisciplinado, rapaz.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Euclides, a palavra está com V.Ex^a.

O Sr. Targino Machado:- Está errado, Alex.

O Sr. Alex Lima:- Deputado Targino, não pode ser como V.Ex^a quer, não.

O Sr. Targino Machado:- Então, mude a sessão, então mude, ou então renuncie à Mesa, Alex.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputados, por favor. Deputado Euclides...

O Sr. Euclides Fernandes:- Eu peço para Targino Machado, se for possível, permitir que eu possa fazer a minha questão de ordem. Eu estou aqui, a mais de uma hora, atrás dessa questão de ordem e não estou conseguindo êxito.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos acalmar aqui os ânimos e vamos procurar dar soluções às dificuldades que nós estamos encontrando.

Sr. Presidente, Sr. Líder da Minoria, por gentileza, sobre a questão do assunto em pauta, eu gostaria de dar nosso parecer. Sobre projeto de autoria do deputado estadual, o governo tem sua participação na elaboração da lei exatamente no momento em que ele veta ou sanciona. Se ele sanciona, ele dá aquiescência ao projeto de lei, manda homologar e publicar.

Quando ele não quer, porque o assunto fere interesses coletivos, ou é inconstitucional, ele então veta parcial ou totalmente.

Essa é a participação, Srs. Deputados, do governo. Agora, Zé Neto, como Líder da Maioria, pode criar entraves para o projeto não andar, lá com a bancada dele. É outra história. Mas a participação do Executivo, essa só se dá, Sr. Presidente, pelo veto ou sanção.

Agora, cabe ao Líder da Maioria, com sua bancada, caminhar para votar contra...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concordo com V.Ex^a.

O Sr. Alex Lima:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Euclides Fernandes:- Deputado Alex, deixe eu concluir meu raciocínio, meu compadre. V.Ex^a já está me irritando. Então, Sr. Presidente, concluindo...

O Sr. Alex Lima:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Ou organiza, ou vou suspender a sessão.

A palavra está com o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Alan Sanches:- Pela ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Euclides Fernandes:- Os deputados estão, a todo instante, perturbando os trabalhos da presidência, porque a questão de ordem está com este deputado. V.Ex^a tenha respeito, tenha educação e espere a conclusão da ordem do deputado Euclides Fernandes.

Então, Sr. Presidente, concluindo essa problemática – não vou concluir totalmente porque o meu tempo está acabando –, digo a V.Ex^a, participação do Executivo: veto ou sanção. Cabe ao Líder da Maioria, com sua bancada, dificultar o andamento do projeto. Mas não tem que fazer consulta, o que seria até uma desmoralização desta Casa legislativa.

Portanto, Sr. Presidente, concluindo, pedindo vênica a V.Ex^a, pela amizade, pelo carinho que tenho por V.Ex^a, um bom deputado da minha região, quando V.Ex^a estiver na presidência, não vamos ajudar a aumentar o tumulto. O presidente tem força regimental para parar a discussão, para parar a sessão e tomar a providência que for necessária, mas nunca a de discutir diretamente com o deputado. Para isso, deve descer e discutir no plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a tem razão.

Encerrada a discussão sobre esse assunto. Nós só temos aqui um projeto...

A Sr^a Fabíola Mansur:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Alan Sanches:- Pela ordem, Sr. Presidente.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Um minuto, deputados.

Nós só temos aqui um projeto em pauta, que é o projeto assinado pelos Líderes do Bloco da Maioria e Minoria parlamentar, de autoria da Mesa Diretora, o qual altera o §§ 2º e 4º, do art. 39, que revoga os três assentos para um assento. Questão de resolução.

Nós só temos esse projeto em pauta. Não se tem mais um projeto mais de deputado para ser votado hoje. Então, eu sugiro que este assunto de deputado e projeto seja discutido entre colégios de líderes, e vamos dar continuidade a sessão.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputada.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Artigo 108, inciso I...

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, eu estou aqui há meia hora esperando a questão de ordem antecipadamente. Aí, não. V.Ex^as não sabe nem...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputada Fabíola, se for esse assunto, está indeferido.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, não é sobre esse assunto. Artigo 108, inciso I; e artigo 101, inciso IV. Primeiramente.

A questão de ordem está concedida, então, quero que...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- A questão de ordem está concedida, deputada Fabíola.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Não está contando e nem aparece ali.

Primeiramente, quero dizer que sou uma deputada ordeira, que não gosta de interromper deputado que está falando, mas o mesmo direito que tenho, quando respeito a ordem e o Regimento...

V.Ex^a, há poucos instantes, negou-me uma questão de ordem quando havia sido citada por um deputado de maneira que considero ofensiva. V.Ex^a me negou, alegando...

(Vários deputados se manifestam no Plenário.)

A Sr^a Fabíola Mansur:- Gostaria de ter o respeito de todos, porque estou falando.

(...) não haver no Regimento nada que assim o dissesse.

Quero dizer, Sr. Presidente, que a questão de ordem é um direito do deputado, e não há nada que a permita ou a impeça. Mas como esta é uma Casa política, estamos sempre, na medida em que deputados são diretamente citados, permitindo a questão de ordem.

A minha primeira fala é para dizer que se a partir de agora isso não for permitido, que nesta Casa se siga assim para todos. Caso contrário, interromperei todos. Porque achei injusto de V.Ex^a, já que estou aqui... E veja que ninguém está prestando atenção.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Há uma deputada falando, por favor. Estou prestando atenção, deputada.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Obrigada, Sr. Presidente.

Nunca eu me permiti interromper ou falar fora do Regimento.

Então, como é uma Casa política, eu queria o compromisso de V.Ex^a. Se assim não acordarmos, eu demandarei que em todas as questões de ordem sejam citados o artigo, e sejam interrompidas.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Enquanto eu for presidente, será assim.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Quero dizer a V.Ex^a que o Regimento é omissivo. Encaminharei um projeto de resolução para o caso de deputados citados.

A segunda questão diz respeito ao tempo do Grande Expediente e ao Horário das Lideranças Partidárias. O Regimento diz claramente...

Gostaria da atenção de V.Ex^a, deputado Luciano.

(...) que são 60 minutos, divididos pelo horário da maioria. Foi feito um acordo no Colégio de Líderes para diminuir esse tempo, que está garantido no Regimento.

Eu gostaria de perguntar aos nobres colegas, sobretudo aos que considero juristas, se podemos usar o Regimento para algumas coisas que são acordadas, e para outras, não.

No meu tempo, no tempo do PP/PSD/PTN, queria falar 12 minutos, e a mim foram concedidos apenas 5 minutos e meio. Eu entendi, por ser uma Casa política, que era um acordo. Como boa diplomata, aceito acordos. Só que em seguida foi-me negada, deputado Targino, uma questão de ordem em função do Regimento.

Eu gostaria... Das duas uma: ou V.Ex^a me concede a questão de ordem para que responda ao deputado que se referiu a mim ou repõe o meu tempo partidário, como consta no art. 108.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, ela me citou da tribuna. Se der voz a ela, vou querer também.

A Sr^a Fabíola Mansur:- A minha questão de ordem, Sr. Presidente, é exatamente para que faça o esclarecimento dessas questões, já que preside esta sessão. Porque eu aceito. Combinado, e dentro do Regimento, está tudo certo. Esta deputada sempre ouve atentamente e participa assiduamente. Agora, quero saber... Pelo art. 108, inciso I, eu teria direito ao tempo de 12 minutos, e isso não seria um acordo do Colégio de Líderes.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputada Fabíola Mansur, eu não participei da reunião dos líderes.

Quando vim abrir a sessão aqui, na Mesa, junto com os deputados Alex Lima e Luciano Ribeiro, chegou uma informação do Líder da Bancada da Oposição e do Líder da Bancada do Governo, na presença do presidente da Casa, Angelo Coronel, que fora acordado no Colégio de Líderes que hoje, excepcionalmente, nesta quarta-feira, não seria utilizado o Grande Expediente, que seria preservado para o mesmo Bloco, ou o partido, na próxima sessão ordinária. E que os tempos seriam reduzidos à metade, para que houvesse celeridade no processo de votação da Casa, visto que diversos parlamentares retornariam para suas residências, viajariam no feriado do Carnaval.

Estou, aqui, apenas, deputada Fabíola, cumprindo o que me foi designado. O seu Líder é que pode explicar melhor o acordo feito no Colégio de Líderes. Estou, aqui, apenas fazendo o que me foi passado pelo Líder do Governo e o Líder da

Oposição. E esse acordo foi feito com a presença do presidente da Assembleia Legislativa da Bahia.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Deputado Sandro Régis, permita-me um aparte à sua fala. Só quero saber se a regra será o Regimento ou o acordo de Líderes? Quero saber porque, recentemente, V.Ex^a me negou uma questão de ordem alegando o Regimento. Isso também é um acordo nesta Casa. E não existe na deliberação do Colégio de Líderes que, a partir de agora, deputados citados não poderiam responder a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputada Fabíola Mansur, quero dizer do respeito que tenho por V.Ex^a. Na semana passada fui provocado pelo deputado Targino Machado.

Infelizmente, as questões de ordem no Plenário vêm sendo usadas de uma forma muito ampla. E enquanto for presidente – não quer dizer que todos os membros da Mesa agirão assim –, enquanto estiver exercendo a função de presidente da sessão, só vou admitir questão de ordem baseada em artigo. Porque há sessões em que passamos mais tempo debatendo questão de ordem do que propriamente discutindo os assuntos da sessão.

Não estou falando de V.Ex^a, estou dizendo que tem sido assim frequentemente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, quero contraditar a questão de ordem da deputada Fabíola.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Acho, deputado Luciano Ribeiro, que o deputado Angelo Coronel também vai seguir essa linha: questão de ordem tem que ter o artigo na frente, senão o deputado fala de diversos assuntos, menos da questão de ordem.

Questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro, para encerrarmos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Só para contraditar a deputada Fabíola. Na verdade, digo contraditar porque o art. 227 diz que tem que haver o contraditório.

Queria esclarecer dentro daquilo que penso e sobre o questionamento da deputada Fabíola. O Colégio de Líderes, em minha compreensão, serve para orientar o Parlamento. Os Líderes são constituídos para falar em nome de suas bancadas. Quando os Líderes se reúnem, quando os Líderes decidem por determinado abreviamento ou simplificação de alguma coisa, eles podem, sim, dispensar algumas formalidades que estão no Regimento, desde que não se fira direito essencial. E me parece que não fere.

Se há uma diminuição do tempo, foi uma decisão dos Líderes. Se foram todos os Líderes, compreende-se que foi a soberania da Casa. E a soberania se sobrepõe ao Regimento nas partes que não ferirem a questão essencial do Parlamento.

Então, é por isso que sempre fui defensor do Colégio de Líderes, para que eles possam resolver, de forma mais simplificada, as questões mais complexas.

Compreendo dessa forma, deputada Fabíola, que o Colégio de Líderes deve funcionar exatamente por isso. Se o Colégio de Líderes, reunido, decidir por unanimidade, compreendendo a unanimidade da Casa, e um deputado, que é liderado, chegar aqui e dizer que não concorda e se desfazer todo o acordo dos Líderes, temos que dissolver... Pode discordar, mas não pode dissolver a decisão do Colégio de Líderes. É a minha opinião.

(O deputado Carlos Geilson fala fora do microfone.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não entendi a colocação do deputado.

O que estou dizendo aqui é um entendimento meu, não faço parte do Colégio de Líderes, de que o Colégio de Líderes tem que ter essa função porque se não tiver essa função de se desfazer por uma discordância, discordar todo mundo pode e deve, mas se for para desfazer a decisão do Colégio de Líderes por uma decisão de um liderado, penso que se deve dissolver o Colégio de Líderes. É minha opinião.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, apenas para encaminhar haja vista que o Colégio de Líderes é uma coisa nova nesta Casa, nessa legislatura. Conversava agora com o deputado Fábio Souto que deveríamos ter uma pauta antecipada das discussões que serão levadas ao Colégio de Líderes, para que os seus líderes de bloco consultassem os seus deputados para saber qual é a opinião de cada um, e ele iria com essas opiniões formadas para não acontecer o que está acontecendo aqui hoje, Sr. Presidente.

Essa é a minha sugestão para que tenhamos um Colégio de Líderes realmente eficaz nesta Casa, senão V.Ex^a terá muitos problemas aqui no plenário em função disso.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Sidelvan Nóbrega, concordo com V.Ex^a. Trata-se de uma coisa nova na Casa a criação desse Colégio de Líderes, até acertar evidentemente vamos ter esses debates. Quero aqui conclamar os líderes de Bancada, deputado Zé Neto, gostaria que V.Ex^a, o deputado Leur Lomanto, e outros líderes se reunissem com suas bancadas para definirem na verdade os projetos que serão trazidos nas quartas-feiras. Hoje tem um projeto de resolução, daqui a pouco na próxima quarta-feira, pós carnaval, vamos ficar nesse mesmo embate sem nenhum projeto, sem nenhum consenso.

Temos 860 projetos engavetados só dessa legislatura, quase 2 mil projetos de legislaturas anteriores. Não é possível que esta Casa não tenha a competência, dentro da Comissão de Constituição e Justiça, para poder acabar com esses projetos, acabar com os relatórios desses projetos. 860 projetos estão engavetados na Casa na Comissão de Constituição e Justiça, recebi os relatórios há pouco.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, quero fazer um encaminhamento, pelo que tenho percebido em algumas sessões aqui, que se V.Ex^a, com a prerrogativa de presidente, não sentar com os líderes para resolver isso, não será resolvido. V.Ex^a estava acompanhando no gabinete as discussões, e o deputado Zé Neto sabe do carinho e apreço que tenho por ele, mas o que tem acontecido aqui? Acho que a comissão mais importante desta Casa, sem desmerecer a nenhuma outra, inclusive a minha que é da saúde, é a CCJ. Não estamos pedindo parecer de um deputado da CCJ, está sendo votado, aquela comissão está aprovando aquele projeto para trazer. A partir desse momento, o que tem acontecido é que está sendo levado à Serin para que dê um outro parecer, se vai permitir ou não. Então, sendo dessa forma, se V.Ex^a não tomar as rédeas desse processo não vamos conseguir votar projetos de deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Alan, quero comunicar aos nossos pares, que hoje na reunião do Conselho de Líderes me comprometi a pegar todos os 860 projetos e entregar a dois advogados para que eles façam uma pré-análise para serem encaminhados à CCJ já vendo o que é constitucional e o que não é constitucional. Na verdade, V.Ex^a tem razão, esta Casa não pode mais deixar de votar projetos de deputados. Esse é um compromisso da grande maioria.

O deputado Zé Neto está acessível a isso como o deputado Leur Lomanto, mas temos que ter flexibilidade, porque disse hoje pela manhã que quem tem que decidir os problemas do parlamento é o parlamento. Sei que tem projetos aí que talvez não sejam de interesse do governo, evidentemente é o jogo da política, mas os problemas da Casa têm que ser decididos dentro da Casa. Os problemas de projetos constitucionais ou não têm que decididos pela CCJ, não temos que ouvir aqui secretaria de governo nenhuma, porque aqui o parlamento é livre e independente, mesmo harmônico, mas temos que ter as nossas prerrogativas e não abrirei mão das nossas prerrogativas de parlamentar.

Requerimento. Exm^o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa...

O Sr. Fábio Souto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Sr. Presidente, só para fazer um parêntese, estou extremamente satisfeito com a colocação de V.Ex^a. A minha questão de ordem era justamente em cima do que V.Ex^a respondeu. Eu sou testemunha de que V.Ex^a sempre colocou que iria valorizar os projetos dos deputados. E antes de V.Ex^a chegar, a gente discutia justamente isso: qual é o fórum especializado nesta Casa para dizer se o projeto é constitucional ou não?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- CCJ.

O Sr. Fábio Souto:- A CCJ. Então, está esclarecido, efetivamente, que se o projeto for votado na CCJ, estará apto para vir ao Plenário para ser votado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Aprovem ou não, mas tem que vir para o Plenário.

O Sr. Fábio Souto:- É assim na Câmara dos Deputados ou em qualquer lugar. Eu estou extremamente satisfeito com a resposta de V.Ex^a. Acho que os líderes têm que sentar e os projetos que forem votados na CCJ têm que vir para o Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- E o acordo não é para aprovar e nem rejeitar e, sim, para ser votado.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Se a Bancada da Maioria achar que deve...

(Alguns deputados falam fora dos microfones.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- É outra Casa.

(Alguns deputados falam fora dos microfones.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois, é. Então não temos que nos preocupar. Nós devemos nos preocupar em trazer o projeto pronto para ser votado aqui.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Deputado Zé Neto, eu sei que V.Ex^a está concordando, mas ao mesmo tempo – me desculpe, V.Ex^a – termina dificultando a aprovação dos projetos oriundos de deputados aqui nesta Casa. O que o deputado Zé Neto, Líder do Governo, está colocando é que ele não vai fazer acordo para dispensar as formalidades, mesmo que o projeto tenha sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. O acordo não será feito se não for conveniente para o Governo. É isso que estou entendendo. Ou seja, nós vamos voltar para a estaca zero, Presidente. Vamos voltar a ter que tramitar os projetos para que sejam apreciados em todas as comissões da Casa, cumprindo todos os trâmites regimentais, todo o processo legislativo, para depois que o projeto estiver apto poder vir. Aí eu acho que a coisa realmente vai dificultar.

O que nós queremos, deputado Zé Neto, é que aqueles determinados projetos que forem aprovados na Comissão de Constituição e Justiça – como eu passei à mão de V.Ex^a hoje 3 projetos devidamente aprovados na Comissão de Constituição e Justiça – que V. Ex^a pelo menos dê esse início, para que a gente possa destravar os mais de 800 projetos que estão travados nesta Casa, e que possamos dar a celeridade nas votações.

As quartas-feiras foram designadas por V.Ex^a não para aprovar os projetos, mas, sim, para discutir. Quem quiser aprovar... o projeto pode ser rejeitado. Nós temos a tribuna da Assembleia para o autor defender o seu projeto e outro pode chegar e dizer: “Olhe, eu não concordo, eu quero encaminhar para votar contra”. E o projeto pode ser rejeitado.

O que não dá é estarmos aqui pela segunda vez às quartas-feiras e termos os mesmos problemas: apresentamos os projetos e não vemos uma boa vontade para votá-los. Eu não sei o receio do deputado Zé Neto. Eu concordo que ele tem feito total esforço para ajudar nesse processo. Mas deputado, eu faço um apelo a V.Ex^a: vamos votar os projetos. O governador, se quiser vetar, que vete. Se a Bancada do Governo quiser rejeitar o projeto e votar contra, que vote. Mas o Parlamento precisa funcionar e os projetos dos deputados precisam ser votados. É nesse sentido que eu faço o meu apelo, Sr. Presidente, e peço interferência e a ajuda de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Zé Neto, depois o deputado Joseildo.

(Alguns deputados falam fora do microfone.)

Deputado Zé Neto, o nosso secretário me informou aqui que o deputado Joseildo solicitou uma questão de ordem primeiro. Então, desculpe...

O Sr. Joseildo Ramos:- Eu estava no gabinete, mas ouvi atentamente duas falas e me senti na obrigação de trazer informações, para que depois a imprensa não fique jogando no meu colo o travamento dos trabalhos desta Casa.

Em virtude de trabalharmos com a verdade, na fala do deputado Alan Sanches, ele colocou que o projeto, ao ser analisado na CCJ, me parece que iria para Serin. Não foi isso? Bom, eu não sei qual o mecanismo, nesta Casa, que pode abduzir, como se fosse um ovni, um extraterrestre, o projeto que foi trabalhado na CCJ e mandar para a Serin, que não tem nada a ver. Isso não é verdadeiro! E outra, em síntese, deputado Alan, isso sendo dito, a impressão que se tem é que eu que coordeno a Comissão estou em articulação com a Serin para fazer um negócio desse.

Eu sou membro do Legislativo. Deputado presidente, também ouvi V.Ex^a e eu tinha colocado uma questão e vou reprisar, 800 e tantos projetos que estão devidamente distribuídos entre os membros titulares e os membros suplentes para aviar pareceres. Eu coordeno a Comissão, eu sequer avio um parecer, eu sequer voto. Obviamente que vou formalizar ao Colégio de Líderes, os deputados que devolvem e os que não devolvem os pareceres que deveriam ser aviados em 15 dias, em 15 dias.

Porque, inclusive, eu quero dizer a V.Ex^a... Nós estamos... Eu conclamo os membros deste colegiado que evitemos votar, hoje já tem um corpo jurídico à disposição da CCJ. Não existe nenhuma necessidade de quaisquer represamentos naquela comissão. Agora não dá... Inclusive, outro dia eu estava ausente e a imprensa estava colocando como se eu estivesse com uma trava aqui. Ora, meu amigo, eu estou no Parlamento, eu sou da Bancada de Governo, mas enquanto parlamentar esta Casa tem de ter independência.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Muito bem, deputado Joseildo. Deputado Joseildo, até por questão de informação, ficou deferido também no Conselho de Líderes, aprovado à unanimidade que o projeto distribuído que passar de 30 dias, deverá o presidente da CCJ redistribuir.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, eu discordo. No momento em que dermos um freio e soubermos a quantas anda e o Colégio de Líderes reconduzir os membros da CCJ para aqueles que tenham tempo. É preciso que sigamos o Estatuto, o Regimento. O Regimento diz que são 15 dias. Para quê botar 30? Não há necessidade.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra, o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, é só para explicar também ao deputado Joseildo, que o Colégio de Líderes fez uma indicação para que a Mesa encaminhe para o Plenário. Hoje, o Colégio de Líderes votou 30 dias, deputado Joseildo, para dar, primeiro, um tempo suficiente. E eu não sabia que o prazo era 15 dias, tanto é que eu coloquei na hora, falei: não dê 15 nem 45, dê 30 dias e seja extremamente rigoroso. Com 30 dias se não devolver...

Agora, eu quero só salientar, para ficar bem claro, que o deputado Fábio Souto, quando disse que não tinha porquê não votar quando passasse na Comissão de Constituição e Justiça, eu quero apenas lembrar a ele e ao deputado Sandro Régis, que nós temos de fazer um esforço, primeiro, temos de ser generoso conosco. Não podemos estar aqui nos digladiando numa situação que é nacional.

A UNALE... Eu estou aqui há 4 mandatos, e em todos esses mandatos a UNALE colocou isso como pauta. Eu fui a Santa Catarina, a Santa Catarina. Teve um seminário deputado, Carlos Geilson, só sobre isso. E não saiu solução. Inclusive, com senadores, com deputados federais, e não saiu solução...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Sobre o que, deputado?

O Sr. Zé Neto:- A ampliação. A possibilidade dos deputados terem condições de acessar áreas administrativamente, fazer e aprovar projetos. Isso não chegou...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Projetos que geram despesas.

O Sr. Zé Neto:- Que geram despesas, não só que geram despesas, como também que sejam objeto da administração, que sejam de matéria tributária. Então, são questões deputado Coronel, que não dependem só de nós. Isso é um fato.

O outro fato é que o deputado Sandro e o deputado Fábio Souto colocaram o seguinte, porque é que eu não faço... Que eu quero ser censor. Não quero ser censor. Isso aqui é uma Casa política. Eu vou assumir aqui uma coisa que eu tenho de assumir. Quando eu tinha 12 anos de idade trabalhava de eletricitista com meu tio. E ele me explicava como fazia os circuitos, eu nunca esqueci isso na minha vida. Tio Juliano, e ele me disse uma coisa: Olha filho se você colocar esse circuito aqui, você tem de pensar o que vai acontecer lá na frente, porque alguém pode pegar daqui e fazer derivação; se você botar uma fiação inicial fina lá pra casa, alguém vai querer fazer remendo aí e vai pipocar um circuito". Estou fazendo exatamente o seguinte: se estou vendo que lá na frente eu vou começar a fazer acordo, eu, Líder do Governo, com minha responsabilidade... Estamos aqui no Poder Legislativo do nosso Estado,

não estamos em uma festa, nunca estivemos, todos nós sabemos disso. Não é uma disputa de fazer ou não fazer, é fazer o certo, a minha disputa aqui é fazer o certo. Não é chegar aqui e dizer: “Vamos ter que votar para os deputados, mesmo que seja aleatório, mesmo que seja inconstitucional”.

E outra coisa, eu, como Líder do Governo, respeito por demais a Comissão de Constituição e Justiça, respeito. Agora, tem uma coisa, se vou fazer um acordo, este acordo deve passar pelo crivo meu, também, de Líder do Governo, com os meus aparatos – seja a Serin, seja a Procuradoria, seja a minha assessoria, seja a conversa com o próprio presidente, seja a conversa com o Líder da Oposição. São os aparatos que tenho, não posso chegar aqui agora e dizer, “vou fazer um acordo”, sabendo que o projeto inicialmente já tem um crivo que não vai dar para o governador vetar. Aí o que acontece, V.Ex^a e eu – agora chamo a responsabilidade de V.Ex^a– dizemos: “Tudo bem, vamos liberar”. Na primeira semana, o governador veta, volta para cá; na segunda semana, o governador veta, volta para cá. Então, por que é que estou aqui? Tenho que estar aqui, pelo menos, pra ter o entendimento de que acordo...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Mas, deputado, pode rejeitar o projeto no plenário.

O Sr. Zé Neto:- (...) V.Ex^a, não tenho absolutamente nenhum interesse em barrar a Casa, quero que ande. Agora, não tenho nenhum interesse também em fazer acordo em projetos, V.Ex^a me entendeu, que já sei que vão me dar problemas.

Estou pedindo apenas que a gente consiga fazer isto: hoje houve uma conversa muito boa, V.Ex^a conduziu bem a reunião, e estamos tentando solucionar os gargalos, por que é que não vai para as outras comissões? Por que não chega no plenário? Chegando no plenário, seja o que for, a gente tem que votar, não é assim, Carlinhos? Agora, pelo amor de Deus, como é que estão exigindo que eu faça acordo para ultrapassar as competências das comissões todas e só passar na Comissão de Constituição e Justiça? Chegando aqui, ainda tenho que votar por acordo, sabendo que não vai dar... Me desculpem, eu estou aqui pra colaborar, V.Ex^{as} se dão conta comigo.

O Sr. Marcell Moraes:- Pela ordem, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Marcell Moraes.

O Sr. Marcell Moraes:- Sr. Presidente, colegas deputados, eu ouvi atentamente o pronunciamento de alguns parlamentares. Fico, às vezes, surpreso, deputada Fabíola Mansur, com o que estão fazendo as comissões aqui da Casa. Se a comissão tem autonomia para deliberar os projetos que acha constitucional, não tem porque o deputado Zé Neto, Líder do Governo, querer ser o juiz.

Então, as palavras do deputado Euclides Fernandes cooptam muito tudo o que falamos aqui. Acredito, deputado Zé Neto, que eu ainda tenho o artifício do governador querer vetar, e podemos aqui também derrubar o veto do governador. Também pode ser veto parcial, como citou também o deputado Euclides Fernandes.

O que não pode é o Parlamento se curvar e ficar falando “amém, amém, amém”, o tempo todo. Acho que o papel do parlamentar é esse. Aí reunimos as nossas bancadas, tanto a Bancada de Oposição quanto a Bancada do Governo, e podemos votar contra determinado projeto. O que não podemos fazer é não submeter o que viemos fazer aqui, que, na verdade, é aprovar projetos de lei.

Então, as comissões devem valer, a CCJ deve valer. E tem um projeto da deputada Fabíola Mansur, hoje, sobre o qual a CCJ já deu o parecer constitucional. Se a própria CCJ, Sr. Presidente, deu parecer constitucional, deve submetê-lo ao Plenário pra que este diga “sim” ou “não”.

Era essa a minha questão de ordem, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- (Lê:) “ *Requerimento.*

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exª, a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Resolução nº 2.476/2017, de autoria da Mesa Diretora, que altera os §§ 2º e 4º do art. 39, revoga o seu § 3º e acrescenta o parágrafo único ao art. 227-A, todos da Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 2017.”

Para relatar no âmbito das comissões, o deputado Luciano Ribeiro, democratas...

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, (Lê) “*Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Resolução Nº 2.476/2017, de autoria da Mesa Diretora, o qual 'Altera os §§ 2º e 4º do art. 39, revoga o seu § 3º e acrescenta o parágrafo único ao art. 227-A, todos da Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa.'*

A proposição que ora venho relatar, de autoria da Mesa Diretora, destina-se a promover algumas alterações no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, para inserir ao seu texto importantes disposições que, apesar de já se encontrarem, de há muito, em uso no Plenário, ainda não estavam incorporadas ao RI.

Tais medidas dizem respeito, primeiramente, à condução das sessões plenárias, ante o entendimento de que 'para a direção dos trabalhos faz-se necessário apenas o Presidente da Sessão, a exemplo do que ocorre na Câmara dos Deputados, o qual poderá ainda, quando necessário, convocar temporariamente um dos Secretários ou outro Parlamentar para funcionar como tal', conforme justificativa do projeto. Assim já vem ocorrendo, face ao reconhecimento pelos Parlamentares da justeza de tal medida.

A outra modificação proposta vem incluir no Regimento Interno as disposições relativas às questões de ordem de verificação de quórum para continuidade de sessão ou votação de matérias, no que respeita aos prazos para comparecimento dos Deputados ao Plenário – os quais, na forma proposta já se encontram também em vigência, embora ainda não inseridas no RI.

O projeto não recebeu emendas, e, considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente proposta pela Mesa Diretora desta Casa.

É o parecer, s.m.j.

Sala das sessões, 22 de janeiro de 2017.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do relator no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Encerrada a discussão...

O Sr. Euclides Fernandes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes:- Não era para encerrar a discussão, Sr. Presidente. Eu faço parte da Comissão de Justiça. Foi aberta a discussão para a Comissão, então, automaticamente, era para V.Ex^a dar a palavra a um membro da Comissão de Justiça.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Se V.Ex^a desejar, está à disposição. Concedo a palavra, deputado.

O Sr. Euclides Fernandes:- Queria pedir a V.Ex^a que fizesse a chamada nominal dos membros da Comissão de Justiça para ver se há o quórum necessário previsto no Regimento Interno para o processo de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Euclides Fernandes, há sobre a mesa um acordo de Líderes.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, tem que comunicar ao governador do Estado que ele não tem mais Líder nesta Casa.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, pode ter acordo de Líderes, mas tem que respeitar a solicitação regimental no processo de votação, ou seja, tem de haver o quórum qualificado necessário para a votação. Agora, se a Mesa Diretora não quer respeitar o Regimento Interno, paciência.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Quero responder ao deputado Euclides Fernandes dizendo que acordo de Líderes para dispensa de formalidades, dispensa tudo, a não ser que V.Ex^a queira mudar. Aí é diferente.

Questão de ordem, deputado Alex.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, Se V.Ex^a, por acaso, deferir a questão de ordem do deputado Euclides Fernandes, peço que zere o painel, conte o tempo regimental e faça soar as campainhas.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O deputado retirou?

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, atendendo uma solicitação do nobre e dedicado Líder da Maioria, Zé Neto, vou pedir a V.Ex^a a retirada.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Obrigado, deputado.

Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em discussão única e votação o Projeto de Resolução 2.476/2017, de autoria da Mesa Diretora. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e Deputadas que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, contra o voto do deputado Targino Machado Pedreira. **(Publicado em 22/02/2017)**

Eu gostaria de comunicar aos nobres colegas que estamos encerrando a sessão nesta tarde. Amanhã...

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- (...) não teremos sessão especial, como é de praxe nesta Casa às quintas-feiras. Na próxima quinta-feira, será aberta a sessão normalmente, já que na quarta-feira de cinzas não é de praxe ter sessão. Na quinta-feira, dia 2, terá sessão normalmente. E espero, no próximo dia 6 de março, voltarmos aqui, a este Plenário, para começarmos a deliberar. E na próxima quarta-feira, de hoje a 15, que haja consenso para que tenhamos mais projetos de origem parlamentar para serem apreciados por esta Casa.

Espero que a CCJ realmente cobre os pareceres dos seus pares para que tenhamos projetos preparados para serem apreciados por este Plenário, inclusive, um projeto de suma importância, de autoria da deputada Fabíola, que hoje esteve conosco, juntamente com o secretário Fábio, que rege sobre a doação de sangue, que achei de extrema importância, que não gera despesa, não gera ônus para o Executivo, é só questão, agora, de boa vontade para que seja trazido ao Plenário para ser votado.

Questão de ordem da deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, art. 101, inciso IV.

Eu queria só me reportar a uma fala do deputado que me antecedeu, dizer que não é demérito nenhum ser secretário, aliás, é uma profissão muito nobre, ainda mais ser secretária de um secretário que goza de um prestígio nesta Casa. No entanto, V.Ex^a sabe da nossa atuação e da nossa responsabilidade trazendo a verdade no que diz respeito à saúde.

O deputado em questão colocou uma CPI para apurar uma coisa que simplesmente poderia ser apurada através de documento que está sendo encaminhado

à Comissão de Saúde e fez, aqui, um desserviço, colocando, de forma inverídica, o dado de 90% de infecção no hospital, 90% de infecção no hospital! Eu, ao contrário, trouxe aqui o documento que a mim foi encaminhado, porque não eu sou secretária, tenho um mandato que, graças a Deus, é respeitado...

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, isso não é questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Formule a questão, deputada.

A Sr^a Fabíola Mansur:- (...) não só pelos meus pares... mas formulo a questão de ordem, que é ter garantida, no art. 108, a fala do tempo partidário que foi interrompido para a votação. Portanto, estou usando a questão de ordem para dizer que trago aqui verdades, informações. Defendo a categoria médica, defendo a saúde com informações verdadeiras, como está aqui no documento.

Temos aqui colegas que assinaram documento com índice...

(O Sr. Deputado se manifesta fora do microfone.)

A Sr^a Fabíola Mansur:- (...) Interesse talvez tenha você, deputado, que defende o seu chefe, ACM Neto...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O.K., deputada Fabíola.

A Sr^a Fabíola Mansur:- (...) Eu aqui tenho a responsabilidade de defender a saúde e não fazer um desserviço levando informações inverídicas!

Presidente, eu agradeço a sua questão de ordem e quero dizer que está à disposição da Comissão de Saúde este documento que encaminharei às notas taquigráficas justificando o índice de infecção, que é 6,25%.

O deputado em questão sempre é convidado para visitas ao Hospital da Mulher, para visitas ao hospital, a gente faz isso. Agora, se o deputado quer somente falar, a gente oferece a comprovação, oferece uma defesa, discutindo respeitosamente com ele, falando e levando ao povo baiano informações verídicas. Eu sou essa deputada! Agora, aceitar que isso seja secretariar um secretário, vou até desculpá-lo, porque sei que nós nos respeitamos e nos gostamos profundamente.

Quero deixar registrado que falaria isso no meu tempo partidário. Portanto, essa era a questão de ordem. Quero dizer também que as questões de saúde são plenamente tratadas na Comissão de Saúde e Saneamento.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a Fabíola Mansur:- As coisas são encaminhadas pela Comissão de Saúde e Saneamento!

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, eu fui citado!

A Sr^a Fabíola Mansur:- A gente não está aqui brincando.

O Sr. Alan Sanches:- Art. 227.

A Sr^a Fabíola Mansur:- O deputado Carlos Geilson também recebeu esse documento; o deputado José de Arimatéia também recebeu esse documento. De forma que não estamos aqui para brincar ou para levar... é tempo de brincadeiras, é tempo de Carnaval, mas não dá para a gente fantasiar. Ou trazemos a informação que é correta, seja ela favorável ou não...

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, eu não entendi a questão de ordem da deputada ainda.

A Sr^a Fabíola Mansur:- (...) Eu sou uma deputada... não citei nome algum, apenas estou respondendo a uma questão de ordem, porque tive o meu tempo cerceado...

O Sr. Alan Sanches:- Não teve o tempo, porque foi acordo! O acordo não tirou o tempo, presidente.

A Sr^a Fabíola Mansur:- (...) Portanto, presidente, queria agradecer a V.Ex^a pela questão de ordem. O senhor já tinha encerrado a sessão, mas eu pedi a questão de ordem.

Queria dizer que esse documento diz respeito a informações sobre infecção no Hospital Geral Ernesto Simões, contradizendo os 90% de índice de infecção. Está aqui: 6,25%. Isso está assinado por colegas médicos.

O Sr. Alan Sanches:- A deputada não sabe ler. Relatos!

A Sr^a Fabíola Mansur:- Quero dizer que, se tivesse 90%, eu seria a primeira a estar na porta sem precisar chegar aqui e fazer balbúrdia. Nós iríamos aos hospitais! Aliás, recebi vários convites para visitar hospitais. Posso, inclusive, marcar amanhã, às 7h da manhã para visitar o referido hospital.

Obrigado, Sr. Presidente.

Desejo um bom Carnaval a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Como V.Ex^a citou o deputado Alan Sanches vou...

O Sr. Alan Sanches:- Obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, art. 227.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Eu não citei o nome do deputado Alan Sanches! O meu direito de falar foi cerceado, baseado numa decisão do Colégio de Líderes. Estou usando o art. 108, inciso II, que diz que estou cerceada no meu tempo partidário.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputada, quando foi instituído o Colégio de Líderes foi para que ele tivesse autonomia para estabelecer ritos aqui nesta Casa. Então, não podemos também ficar acima do Colégio de Líderes, porque

foi instituído por lei aqui nesta Casa. Então me desculpe, mas V.Ex^a está querendo descaracterizar, descredenciar o Colégio Líderes.

A Sr^a Fabíola Mansur:- De jeito nenhum, eu elogiei V.Ex^a como presidente. O Colégio de Líderes é uma esfera extremamente importante. Eu ainda estou no meu tempo, o deputado Sandro Régis me negou uma questão de ordem alegando exatamente o Colegiado de Líderes.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Eu restabeleci o seu tempo.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Eu só pedi o restabelecimento disso. Muito pelo contrário, quero, aqui, afirmar a minha intenção de respeitar o Colégio de Líderes e dizer que é uma instância que já deveria ter sido instalada há muito tempo. Sua ação deve ser aumentada e não diminuída.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- O que acontece aqui... peço desculpas à senhora, deputada, me excedi, peço desculpas, gosto muito da senhora.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Fico feliz com esse momento momesco de Carnaval. O amor aqui, fluindo nesta Casa. Isso é importante.

O Sr. Alan Sanches:- Respeito, porque eu tenho um lado e a deputada tem outro lado, não tem problema nenhum. Eu sempre digo que microfone e papel aceita tudo. O secretário, deputada Fabíola, vai escrever o que ele quiser. Agora o que nós, enquanto deputados, não podemos aceitar é a verdade absoluta, nem a minha, não peço isso, nem a do secretário. Os relatos são verídicos. Se a senhora pegar as notas taquigráficas às quais me referi, eram relatos de até 90%. Inclusive, quem fechou o centro cirúrgico foi exatamente o seu corpo clínico.

Então, Sr. Presidente, quero aqui aceitar o convite da deputada, e às 7:30h estarei na porta do hospital para fotografar o centro cirúrgico e trazer as fotos aqui. Aí só depende dela.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O.k., deputado.

Desejo a todos um feliz Carnaval e no próximo dia 02, quinta-feira, estaremos aqui firmes e fortes, dando sequência aos trabalhos em nosso Parlamento.

Um bom Carnaval a todos vocês, uma boa tarde e fiquem com Deus.

Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.